

Reflexões sobre a saúde do Policial Militar

Organizadoras

DEBORAH GURGEL SMITH RAIMUNDA
HERMELINDA MAIA MACENA



**REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE
DO POLICIAL MILITAR**



DEBORAH GURGEL SMITH
RAIMUNDA HERMELINDA MAIA MACENA

**REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE
DO POLICIAL MILITAR**

1ª EDIÇÃO

**QUIPÁ EDITORA
2021**

Copyright © dos autores e autoras.

Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical, são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Revisão e Normalização: dos autores e autoras.

Obra publicada pela Quipá Editora em setembro de 2021.

www.quipaeditora.com.br / @quipaeditora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Reflexões sobre a saúde do policial militar / Organizado por Deborah Gurgel Smith e Raimunda Hermelinda Maia Macena. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021. 78 p. : il.

ISBN 978-65-89973-18-8

DOI 10.36599/qped-ed1.085

1. Policial militar – Saúde. 2. Saúde física. 3. Saúde mental. 4. Segurança. I. Smith, Deborah Gurgel. II. Macena, Raimunda Hermelinda Maia. III. Título.

CDD 355.03

Elaborada Por Rosana De Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Os homens deveriam saber que é do cérebro, e de nenhum outro lugar, que vêm as alegrias, as delícias, o riso e as diversões, e tristezas, desânimos e lamentações.

Hipócrates

PREFÁCIO

A importância da saúde física e mental é preceito fundamental para a qualidade de vida e de felicidade de todas as pessoas. No entanto, algumas categorias profissionais, expostas a pressões constantes, ao stress e as vulnerabilidades características de suas atividades, exigem da saúde pública um olhar diferenciado. Das forças de segurança é exigido posturas fortes e posicionamentos perenes, situações nem sempre sustentadas principalmente nestes tempos difíceis de instabilidades que vivemos. Em boa hora esta publicação chega trazendo mais luz aos debates sobre o tema e, principalmente, contribuindo para a visibilidade desta problemática, ainda oculta pela formação de um modelo ideal de quase super heróis e pelos tabus envolvidos.

Artífices fundamentais para a garantia de paz e estabilidade social, as forças policiais tem ainda importante papel na salvaguarda da democracia e da garantia dos direitos fundamentais. São homens e mulheres que atuam com prontidão e empenho no desenvolvimento de suas missões, tentando muitas vezes driblar suas inseguranças e vicissitudes, o que não raro os afeta físico e mentalmente.

Além destes aspectos oriundos do acúmulo de tensões, as suscetibilidades ocasionadas pelas limitações econômicas e sociais são temas ainda mais obscuros, onde a luz do debate precisa chegar mais amíúde. As dificuldades da economia nacional causam reflexos em todos os estratos sociais, gerando legiões de pessoas angustiadas e potencializando neuroses e uma gama imensa de patologias.

O conjunto destes aspectos é um terreno pleno de reflexões, mas infelizmente ainda pouco aprofundado pelo mundo acadêmico e científico. Neste aspecto, esta publicação visa contribuir para a discussão apresentando temas provocativos e cujos efeitos avançam para além da corporação, causando fortes influências em todo o corpo social.

No primeiro capítulo se faz uma análise visando conhecer a tendência das publicações científicas e a identificação das lacunas, além de avaliar a qualidade e amplitudes das pesquisas produzidas sobre o tema. Na segunda parte se promove uma revisão bibliográfica sobre os aspectos legais e assistência social para proteção ao policial militar no estado do Ceará. O terceiro capítulo é dedicado ao importante tema do adoecimento bio psicoemocional entre policiais militares, promovendo uma revisão geral das produções a este respeito em diversas bases de dados, a seguir com uma revisão narrativa a respei-

to do tem: Aptidão física e o trabalho policial e a publicação finaliza com uma reflexão sobre a relação policial e cão no trabalho na companhia de policiamento com cães do Estado.

A certeza de que a garantia de bem estar vão além do condicionamento físico, mas perpassam todos os aspectos holísticos do profissional de segurança, ficam evidenciadas em todos os textos, confirmando a necessidade de observância e valorização dos princípios de universalidade e equidade, preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Esperamos que esta contribuição inspire o olhar de gestores, profissionais de saúde, prestadores de serviços, usuários e usuárias e de toda a sociedade civil que milita na área da saúde pública. Acreditamos que na medida em que se debatam estas realidades se descortinam não apenas possibilidades de inclusão e superação, mas também se fomentem oportunidades de cidadania, inspirados na construção coletiva de respostas e estratégias.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Liandro Lindner

Jornalista e Professor Universitário

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Liandro Lindner

CAPÍTULO 1 - Produção científica sobre saúde do policial militar: uma análise bibliométrica e narrativa.....09

Deborah Gurgel Smith

Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

Renata Adele Lima Nunes

Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago

Francisco Thiago Carneiro Sena

Raimunda Hermelinda Maia Macena

CAPÍTULO 2 - Aspectos legais e assistência social para proteção ao policial militar no Ceará.....33

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

Tamires Feitosa de Lima

Francisco Thiago Carneiro Sena

CAPÍTULO 3 - Adoecimento biopsicoemocional entre policiais militares: uma revisão geral.....44

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

Tamires Feitosa de Lima

Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

Anderson Duarte Barboza

Francisco Thiago Carneiro Sena

Vitória Antônia Feitosa Lima

Zeca Juliano de Araújo Bezerra

CAPÍTULO 4 - Aptidão física e o trabalho policial: uma avaliação rápida de evidências.....58

Vitória Antônia Feitosa Lima

Maria Aldeisa Gadelha
Renata Adele Lima Nunes
Deborah Gurgel Smith
Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

CAPÍTULO 5 - Policiamento com cães: reflexões sobre a relação homem-animal.....70

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo
Francisco Thiago Carneiro Sena
Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

SOBRE OS ORGANIZADORES.....77

SOBRE OS AUTORES.....78

“A cura está ligada ao tempo e às vezes também às circunstâncias.”

Hipócrates

CAPÍTULO 1
**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE SAÚDE DO POLICIAL MILITAR:
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E NARRATIVA**

Deborah Gurgel Smith

Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

Renata Adele Lima Nunes

Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago

Francisco Thiago Carneiro Sena

Raimunda Hermelinda Maia Macena

1. INTRODUÇÃO

Para a manutenção da estabilidade social, a polícia é a executora da manutenção da ordem pública e da proteção da segurança dos cidadãos. Devido à especificidade do trabalho do policial militar que demanda trabalho de natureza variada, imprevisível e altamente exigente mental e fisicamente, atenção específica deve ser dada aos fatores de risco de adoecimento ocupacional característicos desse grupo de profissionais e medidas devem ser tomadas para reduzir o número de fatores de risco (GARBARINO, 2014; LIU; XIE; BAI; WANG, 2006; MAGNAVITA; GARBARINO, 2017; TAYLOR; MERAT; JAMSON, 2019).

A atuação policial, expõe o trabalhador a elevados risco para a vida e a saúde. Deste modo, compreender a influência das demandas de trabalho e recursos (suporte e controle) sobre as atitudes e comportamentos (satisfação, compromisso organizacional, etc.,) (GARBARINO; MAGNAVITA, 2015; 2019; MAGNAVITA; GARBARINO, 2017; RAJARATNAM; BARGER; LOCKLEY; SHEA *et al.*, 2011; STEIN; BARTONE, 2019; WAGGONER; GRANT; VAN DONGEN; BELENKY *et al.*, 2020). No nível individual, os policiais lidam diariamente com decisões que podem levar à vida ou morte de cidadãos. No nível organizacional, há o uso de ferramentas e procedimentos que demandam destrezas específicas muito díspares de outras ocupações. Acrescente-se o sentimento de uma “profunda unidade corporativa” com intensos laços de grupo fundamentados na crença de pertencer a um coletivo especial e uma unidade sólida que agirá quando surgirem problemas.

Portanto, é imprescindível para que sejam desenvolvidas ações efetivas para garantir o desempenho de funções maximizando os resultados dos esforços, o bem-estar físico e psicológico dos policiais. Nessa perspectiva, conhecer a tendência das publicações científicas, a identificação das lacunas, é essencial para a que medidas adequadas de promoção da saúde e prevenção de doenças neste segmento sejam desenvolvidas além de avaliar a qualidade e amplitudes das pesquisas produzidas. Assim, a análise bibliométrica se constitui como ferramenta indispensável para a avaliação dessas publicações. De tal modo, este estudo objetiva analisar a produção científica sobre policial militar e saúde.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, com abordagem quali-quantitativa, realizado em agosto de 2021. Para esta pesquisa, optou-se pela utilização da SciELO Citation Index (Scientific Electronic Library Online - Web of Science), da empresa Clarivate Analytics, que permite que sejam extraídos todos os metadados dos artigos, contagem de citações em um universo amplo de periódicos, compreendendo os indexados na Rede SciELO e na plataforma WoS. Além disto possibilita a contabilização de citações que recebem de outros artigos do SciELO, do WoS e das outras bases de dados. Igualmente, todas as citações concedidas pelos artigos SciELO serão contempladas nas contagens de citações das outras bases de dados.

Foram selecionados os documentos disponíveis na íntegra, desde o início da série até o ano de 2021. As expressões de busca realizadas foram Polícia militar OR military police com refinamento de saúde OR health. busca por termos em inglês justifica-se pelo fato da maioria dos periódicos solicita que os autores submetam trabalhos com títulos e resumos na língua inglesa, ainda que o idioma principal do artigo seja português ou espanhol. A seleção, inicialmente, foi realizada por meio de títulos, seguida por resumos, e, quando selecionados, por leitura completa dos artigos.

A avaliação para a seleção dos artigos foi realizada por dois avaliadores independentes; em seguida, estes se reuniram e conferiram se havia divergência de opiniões, e estas foram sanadas por meio de consenso.

Na elaboração dos indicadores de produção científica, os dados foram exportados ao software Excel® for Windows (versão 2013) e a seguir analisados através de gráficos e tabelas.

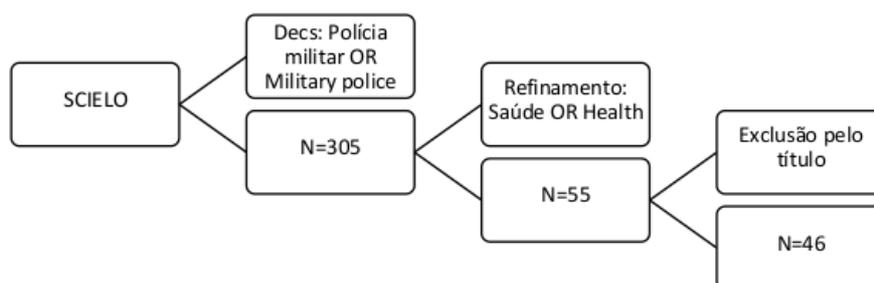
Para análise qualitativa foi realizada a análise de conteúdo. Para ilustrar os resultados utilizou-se a ferramenta de nuvens de palavras on-line Word Cloud Art que apresenta os resultados com imagens que mostram as palavras mais proeminentes. Neste estudo, as palavras utilizadas foram retiradas dos títulos dos artigos selecionados. Os achados foram caracterizados em categorias: Saúde mental e o estresse no trabalho policial; Risco ocupacional, colete balístico e lesão por arma de fogo; e Estilo de vida como protetor do trabalho policial.

Destaca-se que o estudo foi realizado com dados de domínio público. Dessa forma, a apreciação ética não se fez necessária.

3. RESULTADOS

Dos 305 estudos localizados, após o refinamento, foram selecionados 46 estudos para análise. Todos os documentos selecionados eram artigos, sendo que 45,65% (n=21) deles também estão disponíveis na íntegra na Web of Science Core Collection e nenhum dos estudos foi financiado (figura 01).

Figura 01 – Seleção dos estudos extraídos da SciELO Citation Index, 2021.



A maioria publicados no Brasil (91,30%), em português (73,91%), na área de tecnologia científica ou biomedicina – ciências da vida (82,61% e 80,44%, respectivamente), publicados em periódicos de acesso livre ou acesso ouro¹ (73,91% ambos), predominantemente com foco em saúde pública ambiental ocupacional (34,78%), ciências do esporte (17,39%) e psicologia (13,04%) (tabela 01).

¹ Periódicos com acesso aberto a seus conteúdos garantido pelos editores e permitem o arquivamento em repositórios

Tabela 01 – Caracterização dos artigos sobre saúde e polícia militar da SciELO Citation Index, 2021.

Variáveis	N	%
País de origem		
Brasil	44	91,30
Portugal	2	4,35
Idioma		
Português	34	73,91
Inglês	10	21,74
Espanhol	2	4,35
Áreas de domínio de pesquisa		
Tecnologia científica	38	82,61
Biomedicina Ciências da vida	37	80,44
Ciências sociais	8	17,39
Ciências físicas	1	2,17
Tipo de acesso		
Acesso totalmente aberto	34	73,91
Ouro ²	34	73,91
Verde publicado ³	11	23,91
Verde enviado	9	19,57
Áreas de pesquisa		
Saúde pública ambiental ocupacional	16	34,78
Ciências do esporte	8	17,39
Psicologia	6	13,04
Medicina legal	4	8,70
Enfermagem	4	8,70
Pesquisa medicina experimental	4	8,70
Ortopedia	2	4,35
Fisiologia	2	4,35
Reabilitação	2	4,35
Educação pesquisa	1	2,17
Medicina interna geral	1	2,17
Serviços de ciências da saúde	1	2,17
Otorrinolaringologia	1	2,17
Física	1	2,17
Sociologia	1	2,17

² Periódicos com acesso aberto a seus conteúdos garantido pelos editores e permitem o arquivamento em repositórios

³ Periódicos que possibilitam aos autores o arquivamento de seus artigos científicos em um repositório de acesso público.

Os periódicos com maior quantidade de publicações no tema foram Ciência saúde coletiva (17,39%), motricidade humana (10,87%), revista cubana de medicina militar (8,7%), cadernos de saúde pública (6,52%) e psicologia ciência e profissão (6,52%) (tabela 02).

Tabela 02 – Periódicos de publicação dos artigos sobre saúde e polícia militar da SciELO Citation Index, 2021.

Periódico de publicação	N	%
Ciên. saúde coletiva	8	17,39
Motricidade	5	10,87
Rev. Cubana de medicina militar	4	8,70
Cad. de saúde pública	3	6,52
Psicologia ciência e profissão	3	6,52
Avances en psicologia latino-americana	2	4,35
Rev. Bras. de medicina do esporte	2	4,35
Rev. latino-americana de enfermagem	2	4,35
Saude e sociedade	2	4,35
Acta paulista de enfermagem	1	2,17
Rev. Bras. de otorrinolaringologia	1	2,17
Cad. Brasileiros de terapia ocupacional	1	2,17
Cad. Saúde coletiva	1	2,17
Fisioterapia e pesquisa	1	2,17
Fisioterapia em movimento	1	2,17
Rev. de educação física	1	2,17
Psicologia reflexão e critica	1	2,17
Psicologia saúde doenças	1	2,17
Rev. Bras. de ciências do esporte	1	2,17
Rev. Bras. de enfermagem	1	2,17
Rev. Bras. de saúde ocupacional	1	2,17
Rev. Pan. de salud pública	1	2,17
Jornal médico de São Paulo	1	2,17
Sociologias	1	2,17

Desde a publicação, o grupo de artigos localizados número total de citações de todos os itens foi de 332 vezes. Destas citações, a soma da contagem de vezes citadas dividida pelo número de resultados foi de 224, sendo que a média de citação por estudo foi de 7,22, com índice h de 11⁴. Observa-se crescimento exponencial das citações entre 2009 a 2014, com recuo até o ano de 2016 e novo aumento entre 2018 e 2019 (gráfico 01).

⁴ Dados não apresentados.

Gráfico 01 – Citação por ano dos estudos dos artigos sobre saúde e polícia militar da SciELO Citation Index, 2021.



Os fatores de estudo que destacam nos artigos localizados são estresse, saúde física e Síndrome de Burnout, estilo de vida, risco e suicídio (figura 02). Dos 46 estudos analisados, apenas 37 tiveram citações entre 2006 e 2021, com destaque para o estudo *Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)*(MINAYO; DE ASSIS; DE OLIVEIRA, 2011) com 4,36 citações/ano e um total de citações de 48; seguido do artigo *Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira* (COSTA; ACCIOLY JR; OLIVEIRA; MAIA, 2007) com 2,53 citações/ano e um total de 38 citações em todo o período e; do trabalho *Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil* (SOUZA; MINAYO; SILVA; PIRES, 2012a) com 2,00 citações/ano e um total de 20 citações desde sua publicação em 2012. Dos 37 estudos, 11 tiveram entre 1 e menos que 2 citações/ano (quadro 01 e 02).

Quadro 01 – Caracterização dos artigos sobre saúde e polícia militar da SciELO Citation Index, 2021.

ID	Título	Autores	Periódico
1	<i>Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro.</i>	Minayo, Maria Cecília de Souza; Assis, Simone Gonçalves de; Oliveira, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de	Ciê. & Saúde Coletiva
2	<i>Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileiras</i>	Costa, Marcos; Accioly Júnior, Horácio; Oliveira, José; Maia, Eulália	Rev. Pan. de Salud Pública
3	<i>Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.</i>	Souza, Edinilsa Ramos de; Minayo, Maria Cecília de Souza	Ciê. & Saúde Coletiva
4	<i>Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública</i>	Minayo, Maria Cecília de Souza; Souza, Edinilsa Ramos de; Constantino, Patrícia	Cad. de Saúde Pública
5	<i>Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil.</i>	Souza, Edinilsa Ramos de; Minayo, Maria Cecília de Souza; Silva, Juliana Guimarães e; Pires, Thiago de Oliveira	Cad. de Saúde Pública
6	<i>Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua.</i>	Oliveira, Katya Luciane de; Santos, Luana Minharo d	Sociologias
7	<i>Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares.</i>	Ferreira, Daniela Karina da Silva; Bonfim, Cristine; Augusto, Lia Giraldo da Silva	Ciê. & Saúde Coletiva
8	<i>O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental.</i>	Silva, Maurivan Batista da; Vieira, Sarita Brazão	Saúde e Sociedade
9	<i>Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil.</i>	Ferreira, Daniela Karina da Silva; Bonfim, Cristine; Augusto, Lia Giraldo da Silva	Saúde e Sociedade
10	<i>Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar.</i>	Spode, Charlotte Beatriz; Merlo, Álvaro Roberto Crespo	Psicologia: Reflexão e Crítica
11	<i>Dor, percepção de saúde e sono: impacto na qualidade de vida de bombeiros/profissionais do resgate</i>	Marconato, Rafael Silva; Monteiro, Maria Ines	Rev. Latino-Americana de Enfermagem
12	<i>A autoeficácia como mediadora da relação entre bem-estar subjetivo e saúde geral de cadetes militares</i>	Souza, Luciane Albuquerque Sá de et al	Cad. de Saúde Pública
13	<i>Estresse ocupacional em mulheres policiais.</i>	Bezerra, Claudia de Magalhães; Minayo, Maria Cecília de Souza; Constantino, Patrícia	Ciê. & Saúde Coletiva
14	<i>Aspetos relacionados à qualidade de vida e atividade física de policiais militares de Santa Catarina - Brasil.</i>	Silva, R.; Schlichting, A.M.; Schlichting, J.P.; Gutierrez Filho, P.J.; Adami, F.; Silva, A.	Motricidade
15	<i>Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro.</i>	Minayo, Maria Cecília de Souza	Ciê. & Saúde Coletiva
16	<i>Stress Ocupacional e Afrontamento em Oficiais da Polícia Militar Portuguesa.</i>	Gomes, A. Rui; Afonso, Jorge M. P	Avances en Psicología Latinoamericana

17	<i>Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares.</i>	de Liz, Carla Maria <i>et al</i>	Rev. Cubana de Medicina Militar
18	<i>Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais.</i>	Pelegrini, Andreia; Cardoso, Thiago Elpídio; Claumann, Gaia Salvador; Pinto, André de Araújo; Felden, Erico Pereira Gomes	Cad. Brasileiros de Terapia Ocupacional
19	<i>Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde.</i>	Lima, Fabíola Polo de; Blank, Vera Lúcia Guimarães; Menegon, Fabricio Augusto	Psicologia: Ciên. e Profissão
20	<i>A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos.</i>	Gomes, Romeu; Souza, Edinilsa Ramos de	Ciên. & Saúde Coletiva
21	<i>Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar</i>	Amador, Fernanda Spanier; Santorum, Kátia; Cunha, Charlotte Spode da; Braum, Sandra Maria	Psicologia: Ciên. e Profissão
22	<i>Avaliação do Sono em um Grupo de Policiais Militares de Elite.</i>	Pinto, Joséli do Nascimento; Perin, Christiano; Dick, Nídea Rita Michels; Lazzarotto, Alexandre Ramos	Acta Paulista de Enfermagem
23	<i>Lesões musculoesqueléticas em policiais militares.</i>	Calasans, Diego Apolinário; Borin, Gabriela; Peixoto, Gabriel Theodoro	Rev. bras. de Medicina do Esporte
24	<i>Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas.</i>	Castro, Maria Cristina; Rocha, Ricelli; Cruz, Roberto	Psicologia, Saúde & Doenças
25	<i>Perfil antropométrico e alimentar de policiais militares.</i>	Barbosa, Amanda Benevides <i>et all</i>	Motricidade
26	<i>Dor lombar e incapacidade em policiais militares: um estudo epidemiológico</i>	Cardoso, Edeildo Simplício <i>et al</i>	Fisioterapia em Movimento
27	<i>Análise sobre a percepção de policiais militares sobre o conforto do colete balístico.</i>	Santos, Mairana Maria Angélica; Souza, Erivaldo Lopes de; Barroso, Bárbara Iansã de Lima	Fisioterapia e Pesquisa
28	<i>Relação entre as dimensões do estresse psicossocial e o cortisol salivar em policiais militares</i>	Tavares, Juliana Petri <i>et al</i>	Rev. Latino-Americana de Enfermagem
29	<i>Relações assimétricas: sexualidade, saúde e poder em militares.</i>	Costa, Edilma de Oliveira; Germano, Raimunda Medeiros	Rev. bras. de Enfermagem
30	<i>Atividade física e qualidade de sono em policiais militares.</i>	Bernardo, Valdeni Manoel <i>et al</i>	Rev. bras. de Ciências do Esporte
31	<i>Tabagismo e consumo de álcool, comportamento sexual e transtornos mentais comuns em estudantes militares da Academia de Polícia, SP- BR. Um estudo transversal</i>	Perez, Arlene de Maria; Benseñor, Isabela Martins	São Paulo Medical Journal
32	<i>Ferimentos não fatais por arma de fogo entre policiais militares do Rio de Janeiro: a saúde como campo de emergência contra a naturalização da violência.</i>	Maia, Adriane Batista Pires; Assis, Simone Gonçalves; Ribeiro, Fernanda Mendes Lages; Wernersbach, Liana	Ciên. & Saúde Coletiva
33	<i>Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares.</i>	Tavares, Juliana Petri <i>et al</i>	Ciên. & Saúde Coletiva

34	<i>As marcas da violência por arma de fogo em face</i>	Maia, Adriane Batista Pires <i>et al</i>	Brazilian Journal of Otorhinolaryngology
35	<i>Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil.</i>	Pereira, Gustavo Klauberg; Madruga, Amanda Batista; Kawahala, Edelu	Cad. Saúde Coletiva
36	<i>Nível de atividade física, percepção de qualidade de vida e saúde mental em policiais militares.</i>	Araújo, Felipe Mendonça <i>et al</i>	Motricidade
37	<i>Atividade física e fatores associados à ideação suicida em policiais militares de Sergipe, Brasil.</i>	Nascimento, Victor Matheus Santos do <i>et al</i>	Motricidade
38	<i>Saúde Mental e Nível de Atividade Física em Policiais Militares de Sergipe, Brasil</i>	Nascimento, Victor Matheus Santos do <i>et al</i>	Motricidade
39	<i>Nível de atividade física e comportamento sedentário de policiais militares.</i>	Ferraz, Almir de França <i>et al</i>	Rev. bras. de Medicina do Esporte
40	<i>Ferimentos por arma de fogo em profissionais de segurança pública e militares das forças armadas: revisão integrativa.</i>	Maia, Adriane Batista Pires; Assis, Simone Gonçalves; Ribeiro, Fernanda Mendes Lages	Rev. bras. de Saúde Ocupacional
41	<i>Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares.</i>	Coelho-Alves, Joatã Soares; Bendassolli, Pedro Fernando; Guedes-Gondim, Sônia Maria	Avances en Psicología Latinoamericana
42	<i>Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo.</i>	Almeida, Damiana Machado de <i>et al</i>	Psicologia: Ciên. e Profissão
43	<i>Policiais militares apresentam alterações antropométricas, risco coronariano e baixa qualidade de vida</i>	Cascaes da Silva, Franciele <i>et al</i>	Rev. Cubana de Medicina Militar
44	<i>Comparação da aptidão física relacionada à saúde e sua associação com o tempo de serviço entre policiais militares de operações especiais e de trânsito</i>	Domingos-Gomes, Jarbas Rállison <i>et al</i>	Journal of Physical Education
45	<i>Atividade física e condições de saúde de policiais militares em atendimento ou tratamento de saúde.</i>	Mattos Benedetti, Cristine <i>et al</i>	Rev. Cubana de Medicina Militar
46	<i>O estresse ocupacional afeta as condições de saúde dos policiais militares.</i>	Melo Schlichting Junior, Antônio <i>et al</i>	Rev. Cubana de Medicina Militar

Quadro 02 – Bibliometria dos artigos.

ID	Ano	Total de citações	Citação/ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	2011	48	4,36	0	0	0	0	0	0	2	3	6	9	5	3	8	5	4	3
2	2007	38	2,53	0	0	1	0	0	3	9	1	10	1	3	0	3	4	3	0
3	2005	29	1,71	0	1	1	0	1	1	2	8	5	2	0	0	1	4	1	2
4	2007	23	1,53	0	0	0	0	1	1	2	6	2	2	0	2	0	5	0	2
5	2012	20	2,00	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	2	1	2	2	2	4
6	2010	17	1,42	0	0	0	0	0	0	1	2	1	3	1	3	3	1	2	0
7	2011	16	1,45	0	0	0	0	0	0	0	2	4	0	4	3	0	1	2	0
8	2008	16	1,14	0	0	0	0	0	0	2	3	1	1	1	1	0	3	4	0
9	2012	15	1,50	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	1	1	3	3	1	0
10	2006	14	0,88	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	1	2	1	2	1	1
11	2015	11	1,57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	2	4	0
12	2014	11	1,38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	3	1
13	2013	11	1,22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3	4	1	0
14	2012	9	0,90	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	0	2	1	0
15	2013	7	0,78	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	2	2	0
16	2016	6	1,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	1
17	2014	5	0,63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0
18	2018	4	1,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
19	2015	4	0,57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0
20	2013	4	0,44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0
21	2002	4	0,20	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
22	2018	3	0,75	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
23	2013	3	0,33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
24	2019	2	0,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
25	2018	2	0,50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
26	2018	2	0,50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
27	2017	2	0,40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
28	2017	2	0,40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
29	2004	2	0,11	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	2018	1	0,25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
31	2015	1	0,14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Apesar de se reconhecer que a saúde dos Policiais Militares é influenciada por uma gama de fatores que estão além do estilo de vida e dos fatores genéticos. Os estudos ainda são limitados na avaliação de condições específicas do exercício do trabalho policial.

Figura 02 – Frequência das palavras mais citadas nos resumos sobre saúde e polícia militar da SciELO Citation Index, 2021.



4. SAÚDE MENTAL E O ESTRESSE NO TRABALHO POLICIAL

A saúde dos Policiais Militares é influenciada por uma gama de fatores tais como alimentação, saúde física e mental, meio ambiente e fatores genéticos. Os riscos físico e psicoemocionais, além das jornadas de trabalho são inerentes ao serviço policial e podem ter impacto desfavorável na saúde mental desses profissionais, intervindo em sua prática laboral (SILVA FERREIRA; BONFIM; SILVA AUGUSTO, 2012).

No caso das unidades especializadas ou Unidades de Operações Especiais isto se torna mais intenso. Grande parte dos policiais possui percepção regular de suas condições de trabalho, porém negativa em relação à remuneração, benefícios e ao ambiente físico (PELEGRINI; CARDOSO; CLAUMANN; DE ARAÚJO PINTO *et al.*, 2018). Além disto, a presença de problemas de saúde, sobretudo, digestivos, nervosos, musculares e ósseos

são elementos importantes no adoecimento mental de policiais (SOUZA; MINAYO; SILVA; PIRES, 2012b).

Há indícios de modificações biológicas ao se atuar em batalhões de polícia especializada. Pertencer ao Grupo de Operações Táticas Especiais (GATE) e pressão arterial diastólica explicam a variabilidade do cortisol⁵ ao acordar; os setores GATE, Patrulha Especial da Tropa de Elite da Polícia Militar e Motociclistas esclareceram a variabilidade do cortisol de 30 minutos após acordar; e as variáveis setor GATE e a Dimensão Esforço esclareceram a variabilidade do cortisol noite (TAVARES; LAUTERT; MAGNAGO; CONSIGLIO *et al.*, 2017).

Acredita-se que a representação social da profissão, a multiplicidade e amplitude das emoções, com elevada carga psicológica diária, frequência de intercâmbio com suspeitos e criminosos e a necessidade de expressar emoções positivas são inerentes do trabalho policial e influenciam na ocorrência da Síndrome de Burnout nestes indivíduos e que menor escolaridade, mais baixa hierarquia, bem como serviço externo são preditores do esgotamento entre policiais militares (COELHO-ALVES; BENDASSOLLI; GUEDES-GONDIM, 2017). Acrescido a este cenário, a vivência de algum evento traumático na carreira, agrava os níveis de estresse e afeta a qualidade dos vínculos profissionais, a saúde e as relações pessoais (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019; DE LIZ, C. M.; CIRIMBELLI DA SILVA, L.; ARAB, C.; DA SILVEIRA VIANA, M. *et al.*, 2014; GOMES; AFONSO, 2016).

Além do exposto, a capacidade de reagir a situações difíceis e grau de satisfação com a vida e condições adversas de trabalho, como vitimização são elementos importantes no adoecimento mental de policiais (SOUZA; MINAYO; SILVA; PIRES, 2012b). Os policiais militares tendem a possuir dificuldades para valorização profissional, sobretudo quanto aos salários, à habitação, ao acesso a serviços de saúde e ao apoio institucional (MINAYO, 2013).

Acrescente-se que acometimentos na saúde mental, decorrentes não só da sobrecarga de trabalho e, mas também das relações internas à corporação (ALMEIDA; LOPES; COSTA; SANTOS *et al.*, 2016; SPODE; MERLO, 2006), se agravam ao longo do

5 Um dos moduladores das respostas fisiológicas ao estresse é o eixo Hipotálamo-Hipófise-Adrenal através da regulação do nível dos glicocorticoides circulantes. O cortisol é um destes glicocorticoides encontrado em fluidos corporais. Segue o ritmo circadiano tendo pico pela manhã, reduzindo ao longo do dia, e em baixos níveis próximo à meia-noite e eleva-se as primeiras horas após dormir.

tempo de serviço na polícia gerando licença para tratamento de saúde (DE LIZ, CARLA MARIA; CIRIMBELLI DA SILVA, LEONARDO; ARAB, CLAUDIA; DA SILVEIRA VIANA, MAICK *et al.*, 2014; LIMA; BLANK; MENEGON, 2015; PEREZ; BENSEÑOR, 2015).

Em Natal-RN foi observado que mulheres policiais são as mais afetadas pelo estresse (COSTA; ACCIOLY JR; OLIVEIRA; MAIA, 2007). No cenário organizacional da polícia militar, as mulheres estão mais expostas a discriminação de gênero e assédio além de serem mais expostas ao sofrimento psíquico quando exercem cargos de chefia (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013; COSTA; GERMANO, 2004).

Agir impulsivamente em alguma ocorrência; perceber-se agressivo no trabalho e ideação suicida são desfechos de risco para o trabalho policial (FERREIRA; AUGUSTO; SILVA, 2008; OLIVEIRA; SANTOS, 2010; SILVA; VIEIRA, 2008). Em Sergipe, os policiais que trabalhavam em turnos do dia alternados e que tem menos tempo de serviço estiveram mais envolvidos em situações de ideação suicida (NASCIMENTO, VICTOR MATHEUS SANTOS DO; SOARES, NARA MICHELLE MOURA; OLIVEIRA, DAVI PEREIRA MONTE; TELES, LUAN LOPES *et al.*, 2020). Em Santa Catarina, dos policiais militares que cometeram suicídio, a maioria eram da carreira de praças, especialmente no primeiro grau na hierarquia militar (soldados) e tinham parte do salário comprometido com empréstimos ou dívidas financeiras (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020).

Há que se considerar que o estresse psicossocial intervém na qualidade de vida dos policiais militares, porém a resiliência pode agir como um fator de proteção (TAVARES; VIEIRA; PAI; DE SOUZA *et al.*, 2021). Deste modo, faz-se necessário o fomento ao desenvolvimento de habilidades para fazer frente às principais fontes de stress tendo como foco a resolução de problemas e o controle emocional (GOMES; AFONSO, 2016), reforço da crença na autoeficácia para melhoria do bem-estar subjetivo e a saúde geral de militares.(SOUZA; TORRES; BARBOSA; LIMA *et al.*, 2014) além de emprego de táticas que solicitem maior integração social e colaboração entre os níveis hierárquicos superiores e os comandados, e diminuição da carga excessiva de trabalho (AMADOR; SANTORUM; CUNHA; BRAUM, 2002; FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2012)

5. RISCO OCUPACIONAL, COLETE BALÍSTICO E LESÃO POR ARMA DE FOGO

Policiais são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades, principalmente os militares. Diferentes variáveis se associam à vivência de risco, em específico, as condições de trabalho (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Agressões e acidentes de trânsito são as principais causas de morte e de lesões entre agentes de segurança pública, em especial policiais (SOUZA; MINAYO, 2005).

O ferimento por arma de fogo o principal agravo em serviço entre os policiais, em especial homens em torno de 30 anos, associadas principalmente a ações de prisão e confrontos armados; respostas a chamados policiais para verificação de perturbação (MAIA; ASSIS; RIBEIRO, 2019). Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ) a localização anatômica dos ferimentos por arma de fogo são membros inferiores (41,1%) e superiores (33,1%), região da cabeça-pescoço-face (23,5%) e tórax-abdome (17,3%) (MAIA; ASSIS; RIBEIRO; PINTO, 2021). Ainda no RJ, 23,90% das cirurgias de uma Clínica de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial em Hospital da Polícia Militar são decorrentes de ferimentos por arma de fogo entre homens jovens que ficaram de licença de saúde cerca de 11,7 meses e que tiveram perda de segmento ósseo impactando estética facial e sono (MAIA; ASSIS; RIBEIRO; PINTO, 2021). Apesar disto, ainda são escassos os estudos sobre as sequelas físicas deste tipo de agravo para os trabalhadores de segurança pública.

Inúmeras são as dificuldades para o exercício da atividade policial, variando desde a precariedade e inadequação dos equipamentos, restrições à capacitação e os baixos salários (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019). Apesar de reconhecer a importância do uso do colete balístico, os policiais relatam dor e fadiga no fim do turno de trabalho, em especial devido ao peso do colete (SANTOS; SOUZA; BARROSO, 2017). A queixa de dor lombar é maior após o turno de trabalho, com comprometimento das atividades da vida diária (CARDOSO; FERNANDES; CORRÊA; DANTAS *et al.*, 2018).

6. ESTILO DE VIDA COMO PROTETOR DO TRABALHO POLICIAL

Os principais fatores que comprometem a qualidade de vida dos militares são sobrepeso, presença de dor, alteração de sono e trabalho doméstico (MARCONATO; MONTEIRO, 2015). Policiais militares com menos tempo de serviço, menor escolaridade e mais idade tem chances de apresentar estilo de vida com maior risco à saúde e tristeza profunda nos últimos 12 meses e a atividade física é um fator de proteção (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2011a; NASCIMENTO, V. M. S. D.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M.; TELES, L. L. *et al.*, 2020). Por outro lado, a modalidade de policiamento em que atua parece ser um fator de risco.

Ao comparar Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTRAN) foi observado que não diferem em relação a aptidão física, porém diferem em relação à flexibilidade (DOMINGOS-GOMES; OLIVIA-RIBEIRO; SILVA; DE MELO *et al.*, 2016). Policiais que atuam no policiamento ostensivo geral tendem a ter mais comportamentos sedentários por seu *modus operandis* está relacionado ao patrulhamento em viatura (maior parte tempo na posição sentada) (FERRAZ; DE ANDRADE; VIANA; RICA *et al.*, 2020; FERREIRA; AUGUSTO; SILVA, 2008; PEREZ; BENSEÑOR, 2015) e o mesmo ocorre com policiais que atuam em serviços operacionais (BERNARDO; SILVA; FERREIRA; BENTO *et al.*, 2018).

Além disto, o tempo de serviço interfere negativamente na aptidão morfológica, neuromuscular e cardiorrespiratória dos militares (DOMINGOS-GOMES; OLIVIA-RIBEIRO; SILVA; DE MELO *et al.*, 2016). Policiais que atuam predominantemente no administrativo são menos ativos comparados com os que atuam em serviços operacionais (BERNARDO; SILVA; FERREIRA; BENTO *et al.*, 2018). A ocorrência de lesões ósseas, ligamentares e musculares de tornozelo tem sido descrita na prática esportiva de policiais (CALASANS; BORIN; PEIXOTO, 2013) o que pode estar associado a sobrecarga dos membros inferiores durante a jornada de trabalho, bem como o sedentarismo e sobrepeso (BEDNO; COWAN; URBAN; NIEBUHR, 2013; BENEDETTI; DA SILVA; DOS SANTOS; FILHO *et al.*, 2014; CAETANO; ISRAEL-CAETANO; LÓPEZ-GIL; SENTONE *et al.*, 2020).

Deste modo, há que se considerar que o desempenho ideal do transporte de carga para a polícia militar pode ser adquirido realizando tarefas de transporte de carga em conjunto com aptidão aeróbica e treinamento de força de corpo inteiro / potência de

membros inferiores (CAETANO; ISRAEL-CAETANO; LÓPEZ-GIL; SENTONE *et al.*, 2020; ROBINSON; ROBERTS; IRVING; ORR, 2018).

Foi estabelecida associação entre nível de atividade física, redução do estresse no dia de serviço e no primeiro dia de folga com melhores indicadores de qualidade de vida, em especial nos domínios físico e meio ambiente (ARAÚJO; NASCIMENTO; SOARES; OLIVEIRA *et al.*, 2020). Todavia, o nível de atividade física parece não interferir na qualidade do sono (BERNARDO; SILVA; FERREIRA; BENTO *et al.*, 2018).

Considere-se ainda que a prática de atividade física e hábito alimentar influencia na antropometria e risco cardiovascular. Policiais tendem a consumir poucas frutas e verduras ao dia, ingerir muito refrigerante e dependendo da modalidade de policiamento em que atua desenvolve maiores taxas de sobrepeso e obesidade, bem com maior risco cardiovascular (BARBOSA; MENDES; SANTOS; CAVALCANTE *et al.*, 2018). Por outro lado, uma boa percepção de qualidade de vida, elevados níveis de atividade física acima do recomendado influencia na boa saúde, nas atividades físicas de lazer (SILVA; SCHLICHTING; SCHLICHTING; GUTIERRES FILHO *et al.*, 2012).

Os indicadores de uso de tabaco e álcool na polícia militar não difere da população brasileira (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2011a; PEREZ; BENSEÑOR, 2015). relataram fumar, 10% foram classificados com suspeita de consumo abusivo de bebidas alcoólicas, 73% foram considerados insuficientemente ativos e 40% disseram se envolver em conflitos de forma frequente ou às vezes. A idade de 39 anos ou mais (RP=1,22), a menor escolaridade (RP=1,68), o mais baixo nível econômico (RP=1,49) e está na profissão há 18 anos ou mais (RP=1,49) foram associados ao estilo de vida com maior risco à saúde (com dois ou mais fatores não saudáveis). Logo, medidas de promoção e prevenção devem ser adotadas para tentar reduzir as vulnerabilidades à saúde nesses trabalhadores (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2011b).

As limitações deste estudo são oriundas da escolha de uma única base de dados, das palavras-chave podem ter camuflado estudos com a mesma temática e não indexados na mesma base.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a produção científica da SciELO Citation Index tem como área hegemônica a saúde pública ambiental ocupacional com foco no RJ. A análise bibliométrica demonstrou que é preciso estimular novas pesquisas pois ainda são escassos estudos que avaliem holisticamente o policial militar.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. M. D.; LOPES, L. F. D.; COSTA, V. M. F.; SANTOS, R. D. C. T. D. *et al.* Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 36, n. 4, p. 801-815, 12 2016. research-article.

AMADOR, F. S.; SANTORUM, K.; CUNHA, C. S. D.; BRAUM, S. M. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 22, n. 3, p. 54-61, 09 2002. research-article.

ARAÚJO, F. M.; NASCIMENTO, V. M. S. D.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M. *et al.* Physical activity level, perception of quality of life and mental health in police officers. **Motricidade**, 16, n. S1, p. 113-123, 2020. Article.

BARBOSA, A. B.; MENDES, A. L. D. R. F.; SANTOS, G. C. M. D.; CAVALCANTE, A. C. M. *et al.* Anthropometric profile and food behaviour of police officers

Perfil antropométrico e alimentar de policiais militares. **Motricidade**, 14, n. 1, p. 96-102, 2018-05 2018.

BEDNO, S. A.; COWAN, D. N.; URBAN, N.; NIEBUHR, D. W. Effect of pre-accession physical fitness on training injuries among US army recruits. **Work**, 44, n. 4, p. 509-515, 2013. Article.

BENEDETTI, C. M.; DA SILVA, F. C.; DOS SANTOS, P. D.; FILHO, P. J. B. G. *et al.* Physical activity and health conditions of military police in attendance or health treatment. **Revista Cubana de Medicina Militar**, 43, n. 3, 2014. Article.

BERNARDO, V. M.; SILVA, F. C. D.; FERREIRA, E. G.; BENTO, G. G. *et al.* Physical activity and sleep quality in military police officers. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 40, n. 2, p. 131-137, 2018. Article.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Occupational stress among female police officers. **Ciencia e Saude Coletiva**, 18, n. 3, p. 657-666, 2013. Article.

CAETANO, H. B. S.; ISRAEL-CAETANO, C.; LÓPEZ-GIL, J. F.; SENTONE, R. G. *et al.* Physical fitness tests as a requirement for physical performance improvement in officers in the military police of the state of Paraná, Brazil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, 18, n. 4, p. 444-448, 2020. Article.

CALASANS, D. A.; BORIN, G.; PEIXOTO, G. T. Musculoskeletal injuries in military police
Lesões musculoesqueléticas em policiais militares. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 19, n. 6, p. 415-418, 2013-12 2013.

CARDOSO, E. S.; FERNANDES, S. G. G.; CORRÊA, L. C. D. A. C.; DANTAS, G. A. D. F. *et al.* Low back pain and disability in military police: an epidemiological study. **Fisioterapia em Movimento**, 31, p. e003101, 2018. research-article.

CASTRO, M. C.; ROCHA, R.; CRUZ, R. Mental health of the brazilian police policy: theoretical-methodological trends

Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psicologia, Saúde & Doenças**, 20, n. 2, p. 525-541, 2019-08 2019.

COELHO-ALVES, J. S.; BENDASSOLLI, P. F.; GUEDES-GONDIM, S. M. Emotional Labor and Burnout: A Study with the military Police

Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, 35, n. 3, p. 459-472, 2017-12 2017.

COSTA, E. O.; GERMANO, R. M. Asymmetrical relationships: sexuality, health, and power in the military. **Revista brasileira de enfermagem**, 57, n. 1, p. 48-52, 2004. Article.

COSTA, M.; ACCIOLY JR, H.; OLIVEIRA, J.; MAIA, E. Stress: Diagnosis of military police personnel in a Brazilian city. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, 21, n. 4, p. 217-222, 2007. Article.

DE LIZ, C. M.; CIRIMBELLI DA SILVA, L.; ARAB, C.; DA SILVEIRA VIANA, M. *et al.* Occupational and sociodemographic characteristics in relation to the perception of stress in military policemen. **Revista Cubana de Medicina Militar**, 43, n. 4, p. 467-480, 2014. Article.

DE LIZ, C. M.; CIRIMBELLI DA SILVA, L.; ARAB, C.; DA SILVEIRA VIANA, M. *et al.* Occupational and sociodemographic characteristics in relation to the perception of stress in military policemen

Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**, 43, n. 4, p. 467-480, 2014-12 2014.

DOMINGOS-GOMES, J. R.; OLIOTA-RIBEIRO, L. S.; SILVA, J. S.; DE MELO, A. C. *et al.* Comparison of health-related physical fitness and its association with the length of service between special operations and traffic military police officers. **Journal of Physical Education (Maringá)**, 27, n. 1, 2016. Article.

FERRAZ, A. F.; DE ANDRADE, E. L.; VIANA, M. V.; RICA, R. L. *et al.* Physical activity level and sedentary behavior of military police staff. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 26, n. 2, p. 117-121, 2020. Article.

FERREIRA, D. K. D. S.; AUGUSTO, L. G. D. S.; SILVA, J. M. Condições de trabalho e percepção da saúde de policiais militares. **Cad. saúde colet.,(Rio J.)**, 16, n. 3, 2008.

FERREIRA, D. K. D. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. D. S. Factors associated with the lifestyle of military police officers

Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16, n. 8, p. 3403-3412, 2011-08 2011a.

FERREIRA, D. K. D. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. D. S. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16, n. 8, p. 3403-3412, 08 2011b. research-article.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. Working conditions and referred morbidity in military police officers, Recife-PE, Brazil. **Saude e Sociedade**, 21, n. 4, p. 989-1000, 2012. Article.

GARBARINO, S. Police and military. *In: Sleepiness and human impact assessment*, 2014. v. 9788847053885, p. 159-168.

GARBARINO, S.; MAGNAVITA, N. Work Stress and Metabolic Syndrome in Police Officers. A Prospective Study. **PLoS One**, 10, n. 12, p. e0144318, 2015.

GARBARINO, S.; MAGNAVITA, N. Sleep problems are a strong predictor of stress-related metabolic changes in police officers. A prospective study. **PLoS One**, 14, n. 10, p. e0224259, 2019.

GOMES, A. R.; AFONSO, J. M. P. Estrés ocupacional y afrontamiento en oficiales de la policía militar portuguesa Stress Ocupacional e Afrontamento em Oficiais da Polícia Militar Portuguesa. **Avances en Psicología Latinoamericana**, 34, n. 1, p. 47-65, 01 2016. research-article.

LIMA, F. P. D.; BLANK, V. L. G.; MENEGON, F. A. Prevalence of Mental and Behavioral Disorders in Military Police of Santa Catarina

Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 35, n. 3, p. 824-840, 2015-09 2015.

LIU, X. Q.; XIE, Y. N.; BAI, Z. J.; WANG, W. Mental stress and its related factors in armed police soldiers at high altitude. **Chinese Journal of Clinical Rehabilitation**, 10, n. 30, p. 60-62, 2006. Article.

MAGNAVITA, N.; GARBARINO, S. Sleep, health and wellness at work: a scoping review. **International journal of environmental research and public health**, 14, n. 11, p. 1347, 2017.

MAIA, A. B. P.; ASSIS, S. G.; RIBEIRO, F. M. L. Ferimentos por arma de fogo em profissionais de segurança pública e militares das forças armadas: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 44, p. e9, 2019. research-article.

MAIA, A. B. P.; ASSIS, S. G.; RIBEIRO, F. M. L.; PINTO, L. W. As marcas da violência por arma de fogo em face. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, 87, n. 2, p. 145-151, 04 2021. research-article.

MARCONATO, R. S.; MONTEIRO, M. I. Pain, health perception and sleep: Impact on the quality of life of firefighters/rescue professionals. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 23, n. 6, p. 991-999, 2015. Article.

MINAYO, M. C. D. S. Professional self-image from the perspective of police officers of the State of Rio de Janeiro

Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18, n. 3, p. 611-620, 2013-03 2013.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. R. D.; CONSTANTINO, P. Perceived risks and victimization of military and civil police in the public (in)security domain

Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007-11 2007.

MINAYO, M. C. S.; DE ASSIS, S. G.; DE OLIVEIRA, R. V. C. The impact of professional activities on the physical and mental health of the civil and military police of Rio de Janeiro (RJ, Brazil). **Ciencia e Saude Coletiva**, 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. Article.

NASCIMENTO, V. M. S. D.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M.; TELES, L. L. *et al.* Atividade física e fatores associados à ideação suicida em policiais militares de Sergipe, Brasil. **Motricidade**, 16, n. suppl 1, p. 94-103, 09 2020. research-article.

NASCIMENTO, V. M. S. D.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M.; TELES, L. L. *et al.* Physical activity and factors associated with suicidal ideation in military police officers from Sergipe, Brazil. **Motricidade**, 16, n. S1, p. 94-103, 2020. Article.

OLIVEIRA, K. L. D.; SANTOS, L. M. D. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, 12, n. 25, 2010.

PELEGRINI, A.; CARDOSO, T. E.; CLAUMANN, G. S.; DE ARAÚJO PINTO, A. *et al.* Perception of work conditions and occupational stress among civil and military police officers of special operations units. **Brazilian Journal of Occupational Therapy**, 26, n. 2, p. 423-430, 2018. Article.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E. Suicides in a military police organization in southern Brazil

Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, 28, n. 4, p. 500-509, 2020-12 2020.

PEREZ, A. D. M.; BENSEÑOR, I. M. Tobacco and alcohol use, sexual behavior and common mental disorders among military students at the Police Academy, São Paulo, Brazil. A cross-sectional study. **Sao Paulo Medical Journal**, 133, n. 3, p. 235-244, 06 2015. research-article.

RAJARATNAM, S. M.; BARGER, L. K.; LOCKLEY, S. W.; SHEA, S. A. *et al.* Sleep disorders, health, and safety in police officers. **Jama**, 306, n. 23, p. 2567-2578, 2011.

ROBINSON, J.; ROBERTS, A.; IRVING, S.; ORR, R. Aerobic Fitness is of Greater Importance than Strength and Power in the Load Carriage Performance of Specialist Police. **Int J Exerc Sci**, 11, n. 4, p. 987-998, 2018.

SANTOS, M. M. A.; SOUZA, E. L. D.; BARROSO, B. I. D. L. Análise sobre a percepção de policiais militares sobre o conforto do colete balístico. **Fisioterapia e Pesquisa**, 24, n. 2, p. 157-162, 06 2017. research-article.

SILVA FERREIRA, D. K. D.; BONFIM, C.; SILVA AUGUSTO, L. G. D. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde e Sociedade**, 21, n. 4, p. 989-1000, 2012.

SILVA, M. B. D.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e sociedade**, 17, p. 161-170, 2008.

SILVA, R.; SCHLICHTING, A. M.; SCHLICHTING, J. P.; GUTIERRES FILHO, P. J. *et al.* Aspects related to quality of life and physical activity of military police officers of Santa Catarina - Brazil

Aspectos relacionados à qualidade de vida e atividade física de policiais militares de Santa Catarina - Brasil. **Motricidade**, 8, n. 3, p. 81-89, 2012-07 2012.

SOUZA, E. R. D.; MINAYO, M. C. D. S. Police, risk as a profession: work-related morbidity and mortality

Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10, n. 4, p. 917-928, 2005-12 2005.

SOUZA, E. R. D.; MINAYO, M. C. D. S.; SILVA, J. G. E.; PIRES, T. D. O. Factors associated with psychological distress among military police in Rio de Janeiro, Brazil

Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012-07 2012a.

SOUZA, E. R. D.; MINAYO, M. C. D. S.; SILVA, J. G. E.; PIRES, T. D. O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 28, n. 7, p. 1297-1311, 07 2012b. research-article.

SOUZA, L. A. S. D.; TORRES, A. R. R.; BARBOSA, G. A.; LIMA, T. J. S. D. *et al.* Self-efficacy as a mediator of the relationship between subjective well-being and general health of military cadets. **Cadernos de Saúde Pública**, 30, n. 11, p. 2309-2319, 2014-11 2014.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19, n. 3, p. 362-370, 2006. research-article.

STEIN, S. J.; BARTONE, P. T. **Hardiness : Making Stress Work for You to Achieve Your Life Goals**. 1st ed. Wiley, 2019. 9781119584827 EPUB.

TAVARES, J. P.; LAUTERT, L.; MAGNAGO, T. S. B. S.; CONSIGLIO, A. R. *et al.* Relationship between psychosocial stress dimensions and salivary cortisol in military police officers. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 25, 2017. Article.

TAVARES, J. P.; VIEIRA, L. S.; PAI, D. D.; DE SOUZA, S. B. C. *et al.* Network of correlations between quality of life, resilience and effort-reward imbalance in military police officers. **Ciencia e Saude Coletiva**, 26, n. 5, p. 1931-1940, 2021. Article.

TAYLOR, Y.; MERAT, N.; JAMSON, S. The Effects of Fatigue on Cognitive Performance in Police Officers and Staff During a Forward Rotating Shift Pattern. **Saf Health Work**, 10, n. 1, p. 67-74, Mar 2019.

WAGGONER, L. B.; GRANT, D. A.; VAN DONGEN, H. P. A.; BELENKY, G. *et al.*
Corrigendum to: A combined field and laboratory design for assessing the impact of night
shift work on police officer operational performance. **Sleep**, 43, n. 8, 08 12 2020.

“A vida é curta, a arte é longa, a oportunidade é fugaz, a experiência enganosa, o julgamento difícil.”

Hipócrates

CAPÍTULO 2
ASPECTOS LEGAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA PROTEÇÃO AO POLICIAL MILITAR NO CEARÁ

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

Tamires Feitosa de Lima

Francisco Thiago Carneiro Sena

1. INTRODUÇÃO

A dignidade do ser humano alcançou uma série de direitos sociais e individuais ao longo dos tempos, já que era necessário reconhecer a importância de uma vida digna para a sociedade. Entretanto, precisa-se estabelecer uma relação entre os direitos visando alcançar conquistas políticas (liberdade), sociais (igualdade) e coletivas (solidariedade). A partir da CF de 88 foi garantido os direitos fundamentais ampliando a ideia de um Brasil livre e guiado na valorização do ser humano, assim surgiram várias ações para consolidar tal princípio(HONÓRIO; DA SILVA, 2018).

Entende-se por direitos humanos, os princípios que resumem a concepção de uma convivência digna, livre e igual de todos os seres humanos, válidos para todos os povos e em todos os tempos(LOPES, 2019). Direitos que são inerentes a todo e qualquer cidadão brasileiro, ou seja, engloba também o PM, visto que, antes de serem policiais, são cidadãos; antes de ser o Estado, são pessoas. No entanto, não se vê repercussão ou representantes dos Direitos Humanos intervindo a favor dessa classe, nem sempre a sociedade reconhece a importância dessa profissão(DA SILVEIRA VIEIRA; DA SILVEIRA).

Destaca-se também que os PM possuem seus direitos previstos em lei. Em relação ao território nacional, existe o decreto nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza a PM e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. No capítulo VI, art. 24, aponta que os direitos, vencimentos, vantagens e regalias do militar, em serviço ativo ou na inatividade, é de responsabilidade de cada Estado(BRASIL, 1969).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo visão geral(APPOLINÁRIO, 2006; HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2014). Realizou-se a busca das publicações no sítio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE).

Foram utilizados como descritores: “Polícia”, “Militares”, “Legislação”, e “Assistência Social” além de seus termos correspondentes na língua inglesa. Na busca avançada foi inserido o operador booleano “AND”. Como critérios de inclusão: textos online na íntegra.

3. A LEI FEDERAL Nº 13.954

Este decreto foi alterado pela Lei Federal nº 13.954 em 2019, que acrescentou os artigos 24-A a 24-J, visando adequá-lo à alteração promovida no art. 22, inciso XXI, da Emenda Constitucional nº 103, do mesmo ano, no que se refere a “normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares”. Também foi acrescentado como competência privativa da União, a edição de normas gerais sobre inatividade e pensões (NEVES, 2020). Assim, ressalta-se a necessidade de adequação das legislações estaduais militares para garantir a plenitude da proteção desses trabalhadores (CAETANO, 2020).

A mesma lei aponta em seu Art. 50, que são direitos dos militares: I-A. - a **proteção social**. O **Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas** é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de **remuneração, pensão, saúde e assistência, nos termos desta Lei e das regulamentações específicas**. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios que não houverem completado, até 31 de dezembro de 2019, o tempo mínimo exigido pela legislação do ente federativo para fins de inatividade com remuneração integral do correspondente posto ou graduação devem (BRASIL, 2019) (p. 258):

I - se o tempo mínimo atualmente exigido pela legislação for de 30 (trinta) anos ou menos, cumprir o tempo de serviço faltante para atingir o exigido na legislação do ente federativo, acrescido de 17% (dezesete por cento); e

II - se o tempo mínimo atualmente exigido pela legislação for de 35 (trinta e cinco) anos, cumprir o tempo de serviço exigido na legislação do ente federativo.

Parágrafo único. Além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, o militar deve contar no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar, acrescidos de 4 (quatro) meses a cada ano faltante para atingir o tempo mínimo exigido pela legislação do ente federativo, a partir de 1º de janeiro de 2022, limitado a 5 (cinco) anos de acréscimo.

No caso de Ceará, de acordo com a Lei Complementar nº 159, de 14.01.2016, em seu art. 4, II - os militares ativos, da reserva remunerada e da reforma tem por obrigação

contribuir para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC(LIRA, 2021). Em 2018 foi criada a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – CEARAPREV, sendo atualizado pela NR- LC nº 218, 03 de junho de 2020, logo trata-se de uma entidade fundacional com personalidade jurídica de direito público, responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do Sistema, incluindo a arrecadação e a gestão dos recursos e fundos previdenciários, a análise dos processos previdenciários relativos à concessão, ao pagamento e à manutenção dos benefícios previdenciários no Estado(BRAGA; DOS SANTOS; DE ARAÚJO; DE CASTRO, 2020).

Assim, o Ceará, visando se adequar à lei federal, atualizou a lei nº 13.729/2006 em 2021. Em seu título III, capítulo único, discorre sobre os direitos e prerrogativas dos militares do Estado. Entre vários artigos, cita-se o 52, que aponta os direitos dos militares, e entre vários, destaca-se alguns relacionados a saúde e doença, a saber: VIII - transferência para a reserva remunerada, a pedido, ou reforma; IX - férias obrigatórias, afastamentos temporários do serviço e licenças; XV - seguro de vida e invalidez em razão da atividade de risco que desempenha; XVI - assistência médico-hospitalar, através do Hospital da Polícia Militar; XXIX - assistência psicossocial pelo Hospital da Polícia Militar; XXXIII – alimentação conforme estabelecido em Decreto do Chefe do Poder Executivo(ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ 2021).

A seção III da lei supracitada, está destinada para as licenças e dispensas de serviço. No artigo 62 consta, em seu §1º que a licença pode ser: I – à gestante, por 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias; II - paternidade, por 10 dias; III - para tratar de interesse particular; IV - para tratar da saúde de dependente; e V - para tratar da saúde própria.

Por fim, cita-se o art. 68, em seu parágrafo único, que dispõe sobre as recompensas, ou seja, reconhecimento dos bons serviços prestados pelos militares estaduais, sendo concedidas de acordo com as normas regulamentares da Corporação, a saber: “além das previstas em outras leis: I - prêmios de honra ao mérito; II - condecorações por serviços prestados; III - elogios; IV - dispensas do serviço, conforme dispuser a legislação”(ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ 2021).

Em suma, os policiais militares tem os mesmos direitos (Figura 4) que a sociedade em geral, no entanto, é negada devido um estigma que perdura desde a época da ditadura, onde a população ainda tem uma percepção distorcida da atividade do policial e

do sistema de segurança pública, logo, acredita-se que eles possuem mais deveres e menos direitos e este último não sendo respeitado(DA SILVEIRA VIEIRA; DA SILVEIRA).

Para além dos direitos há que se abordar os deveres do trabalho policial tipificado, descrito e delimitado em lei, visto que envolve o emprego de força legal e legítima. Destaca-se a diferença entre a ação de força legal e abuso, quando esse limite é excedido, admite-se uma ação estatal reguladora numa instância de controle comportamental que modela e, se for o caso, estabelece punições(DA SILVA SOUSA, 2020).

4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POLICIA MILITAR

A assistência social, antigamente, remetia a proteção dos mais pobres, fato que com os passar do tempo e criação de novas políticas mudou, pois, para além da pobreza, visa a garantia de direitos a populações em situação de vulnerabilidade por meio de serviços e benefícios. Tendo como marco a CF de 1988, hoje destaca-se três diferentes campos de ofertas de serviços da proteção social no país: a garantia de renda; serviços continuados de oferta universal e enfrentamento de desigualdades associadas a públicos específicos. Neste último, ressalta-se a desigualdade de gênero(JACCOUD; BICHR; MESQUITA, 2017).

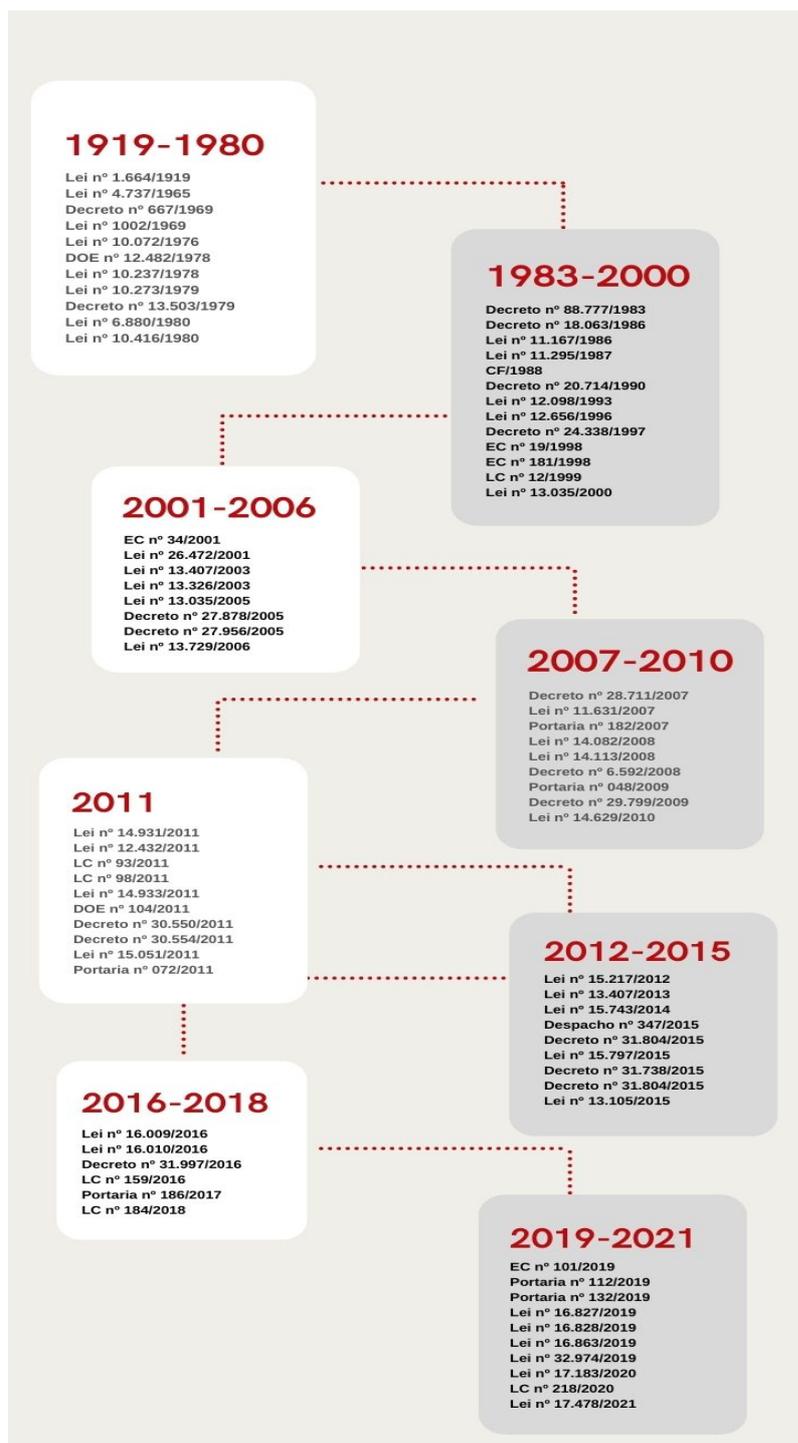


Figura 1- Linha do tempo com os principais direitos adquiridos pela Policia Militar do Estado do Ceará desde 1919 até os anos 2021. Fonte: autoria própria, 2021.

Em relação aos portadores de deficiência, de acordo com a Constituição do Estado do Ceará, capítulo XII, que trata da previdência e assistência sociais, em seu art. 329, aponta que o Estado deve promover programas voltados para prevenção, integração social e atendimento especializado para pessoas com deficiência física, sensorial ou mental,

mediante treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. E seus parágrafos trazem(ALCÂNTARA, 2021) (p.74):

§1º A lei reservará percentual de cargos e empregos públicos estaduais para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

§2º A lei disporá, com vistas a facilitar a locomoção de pessoas portadora de deficiência, a previsão de rebaixamentos, rampas e outros meios adequados de acesso, em logradouros, edificações em geral e demais locais de uso público, bem como a adaptação das já existentes.

A desigualdade pode ser definida como a ausência de proporção e equilíbrio, sinônimo de irregularidade, desproporção, inferioridade. Quando se volta para a desigualdade de gênero, é impossível não falar do mercado de trabalho. Mesmo após várias e incansáveis lutas pela sua inserção neste campo e em pleno século XXI, as mulheres permanecem sofrendo com o preconceito, principalmente quando escolhem exercer atividades laborais consideradas masculinas(SIQUEIRA; SAMPARO, 2017).

Na Lei nº 16.826, 13 de janeiro de 2019 trouxe o aumento do percentual de vagas para mulheres no seu art. 2º, que aponta o número não inferior a 15%, sendo consideradas para o cálculo mencionado os policiais civis e militares e os agentes penitenciários(BRASIL, 2021). Já no capítulo VII, da lei nº13.729/2006, atualizado em 2021, que dispõe sobre cargo, função e comando, em seu parágrafo único, sinaliza que as atribuições e obrigações inerentes a cargo militar estadual do sexo feminino, devem levar em consideração as diferenciações físicas próprias da sua fisiologia humana(ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ 2021).

Porém, as características de gênero são constantemente marcadas nas atividades, sendo delegado para mulheres tarefas mais fáceis e que não exijam esforço físico, fato que, em algumas profissões, pode ser melhor notado. Logo as policiais sentem a constante necessidade de autoafirmação, uma vez que, para ganharem o reconhecimento, no mesmo nível de um colega homem, precisam se sobressair em suas funções, o que pode deixa-las frustradas e interferir na sua vida pessoal e profissional(DE QUEIROZ; PAIVA; DE LIMA, 2019).

Em suma, trata-se de uma instituição militarizada que herdou um ambiente laboral voltado para o sexo masculino e agora teve seu espaço marcado pela construção de uma nova identidade através do ingresso das mulheres na corporação e para desempenhar as

mesmas funções que os homens, inclusive em cargos de comandos(LARA; DE CAMPOS; STEFANO; DE ANDRADE, 2017).

Em relação as garantias de Previdência Social, o militar do estado, desde os anos 2000 (Lei Complementar nº 21), se baseava no que havia sido instaurado pelo Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará (SUPSEC), lei complementar nº 12 no ano de 1999. Logo, visa assegurar a cobertura tanto do militar quanto de seus dependentes aos benefícios de pagamento de proventos referentes a reserva remunerada ou reforma, pensão por morte do militar estadual em favor de seus beneficiários(SUPESP, 2021).

No entanto, em 2019, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou um projeto de lei que alterou as regras de Previdência para as Forças Armadas, policiais militares e bombeiros estaduais (Lei 13.954/19). Entre as mudanças, destaca-se o tempo mínimo de serviço para que o militar passe para a inatividade, que passa de 30 para 35 anos. Os militares também não terão idade mínima para se aposentar (reserva remunerada), e terão reajustes anuais até 2023. Acrescenta-se que para os militares que estão na ativa, estes terão de cumprir um pedágio de 17% em relação ao tempo que faltar para atingir o tempo mínimo de serviço de 30 anos(BRASIL, 2019).

A mesma lei cria o Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, variando de acordo com a patente do militar de 5% a 32%. Para os oficiais-generais, o percentual vai de 35% a 41%. Sobre a alíquota da contribuição de ativos e inativos, referentes a pensões militares, passará de 7,5% para 10,5%, e os pensionistas começaram a recolher no mínimo 10,5% desde 2021, chegando a 13,5% para alguns casos de filhas pensionistas vitalícias não inválidas. Em relação as contribuições para assistência à saúde, os PMs já pagam 3,5%, ou seja, a soma das duas contribuições para ativos, inativos e pensionistas chegará a 14%.

Ressalta-se que, apesar dos militares executarem atividade insalubres e de alta periculosidade, eles não têm direito a tais adicionais. Existe um Projeto de Lei nº 193 do ano 2015, de autoria do deputado Major Olímpio que dispõem sobre o assunto. O major aponta que o adicional de periculosidade é válido pois, a atividade envolve a execução de tiro real, porte de arma ou manuseio de explosivos ou inflamáveis desde o treinamento. Ele também reconhece essa profissão como insalubre e de risco(OLÍMPIO, 2021). No entanto, essa lei encontra-se arquivada.

Visando uma melhor atenção a esses profissionais, a PMCE instituiu no ano de 2003 a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e Religiosa - CSASR/PMCE, trata-se de um órgão que tem como proposta o acolhimento, cuidado e monitoramento do PM tentando minimizar os efeitos do adoecimento advindos do ambiente laboral. Apresentado como missão a viabilização do serviço de saúde, assistência social e espiritual para a corporação, através de estratégias de promoção, prevenção e posvenção de saúde, com o intuito de melhorar a qualidade de vida, estimular a autorresponsabilidade, diminuindo os impactos biopsicossociais inerentes à profissão. Entre os programas e atividades desenvolvidas, cita-se: (a) Serviço Psicossocial; (b) Psicoterapia individualizada e atendimento médico psiquiátrico; (c) Transporte de enfermos (Ambulâncias TIPO A); (d) Observatório em Saúde do Policial Militar – SENSE; (e) Requalificação Elaboral; (f) Projeto Autocuidado; (g) Plantão de Assistência; (h) Suporte ao luto e acompanhamento para pensão – Serviço Social; (i) Ações de saúde nos quartéis, entre outras (PMCE, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a população vulnerável vem ganhando cada vez mais voz e vez entre a sociedade, estes vigentes em lei. No entanto, é necessário o reconhecimento da sociedade sobre as leis e políticas públicas voltadas para o direito de igualdade do público, assim como o empoderamento desse grupo. Logo, ao incorporarem na carreira militar, os policiais passam a ser profissionais repletos de deveres tanto com a corporação, quanto com o estado e a sociedade, no entanto, também possuem direitos resguardados por lei e estes devem ser reconhecidos e respeitados.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. Constituição do Estado do Ceará. 2021.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. Primeira ed. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2006.

BRAGA, C.; DOS SANTOS, G. P.; DE ARAÚJO, L. R. P.; DE CASTRO, M. I. F. Regime Próprio de Previdência Social: evolução normativa no Brasil e no Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, 10, n. 25, p. 112-142, 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969**. Brasília, DF, p. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências., 1969. Acesso em: 02 de julho.

BRASIL. **Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. p. Altera a Lei nº 6.880, de 889 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 1983.1765, de 1984 de maio de 1960, a Lei nº 1984.1375, de 1917 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 1985.1821, de 1910 de novembro de 1972, a Lei nº 1912.1705, de 1988 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 1667, de 1982 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 1982.1215-1910, de 1931 de agosto de 2001, e da Lei nº 1911.1784, de 1922 de setembro de 2008; e dá outras providências., 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 23 de agosto.

BRASIL. **Lei nº 16.826, 13 de janeiro de 2019**. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/223821002/doece-13-01-2019-pg-1>.

CAETANO, B. S. D. S. O sistema de proteção social dos militares estaduais: análise dos efeitos da lei nº 13.954/19 na promoção trintenária existente em Minas Gerais. 2020.

DA SILVA SOUSA, T. C. UMA ABORDAGEM DA SEGURANÇA PÚBLICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E SEUS REFLEXOS NO CONTROLE SOCIAL. 2020.

DA SILVEIRA VIEIRA, P.; DA SILVEIRA, F. L. DIREITOS HUMANOS: A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS AOS POLICIAIS MILITARES. **Justiça & Sociedade**, 4, n. 1, p. 579-625.

DE QUEIROZ, G. B.; PAIVA, L. E. B.; DE LIMA, T. C. B. Socialização organizacional na perspectiva de mulheres da polícia militar. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 13, n. 2, p. 148-165, 2019.

ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ Brasil: Marco Aurélio de Melo: 199 p. 2021.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. D. Metodología de la investigación. México: WcGRAW-HILL. SA DE CV Obtenido de <https://trabajosocialudocpno.files.wordpress.com> ... 2014.

HONÓRIO, C. A.; DA SILVA, S. G. Direitos humanos e polícia militar. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, 11, n. 1, 2018.

JACCOUD, L.; BICHIR, R.; MESQUITA, A. C. O Suas na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. **Novos estudos CEBRAP**, 36, p. 37-53, 2017.

LARA, L. F.; DE CAMPOS, E. A. R.; STEFANO, S. R.; DE ANDRADE, S. M. Relações de gênero na polícia militar: narrativas de mulheres policiais. **Holos**, 4, p. 56-77, 2017.

LIRA, N. D. A. LEI COMPLEMENTAR N.º 159, DE 14.01.16 (D.O. 18.01.16). 2021.

LOPES, A. M. A. A era dos direitos de Bobbio. **Entre a historicidade e a atemporalidade**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242925/000936205.pdf> [Acesso em 31, 2019].

NEVES, U. T. Lei nº 13.954, de 17 de dezembro de 2019-Implementação do licenciamento de militares temporários incapazes em virtude de acidente sofrido em serviço. Repercussões. 2020.

OLÍMPIO, D. M. **PROJETO DE LEI Nº 193, DE 2015**. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1297985&filename=PL+193/2015.

PMCE. Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e Religiosa - CSASR/PMCE - Polícia Militar. 2021.

SIQUEIRA, D. P.; SAMPARO, A. J. F. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, 26, n. 48, p. 287-325, 2017.

SUPESP. **Imprensa - Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://www.supesp.ce.gov.br/>.

“Tuas forças naturais, as que estão dentro de ti, serão as que curarão suas doenças.”

Hipócrates

CAPÍTULO 3
ADOCIMENTO BIO PSICOEMOCIONAL ENTRE POLICIAIS MILITARES:
UMA REVISÃO GERAL

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo
Tamires Feitosa de Lima
Sandra Helena de Carvalho Albuquerque
Anderson Duarte Barboza
Francisco Thiago Carneiro Sena
Vitória Antônia Feitosa Lima
Zeca Juliano de Araújo Bezerra

1. INTRODUÇÃO

Por vezes, as atividades laborais submetem os trabalhadores a demandas físicas, cognitivas e psicológicas que excedem a capacidade de enfrentamento dos indivíduos (MOREIRA, 2019). Quando exposto a essas situações, o profissional desenvolve mecanismos de defesa, de modo consciente ou não, e quando estes são insuficientes ou falham a doença se instala de modo gradativo ou abrupto e sua manifestação dependerá de fatores como a estrutura sociocultural, a carga emocional e a rede de apoio (DEJOURS, 1988).

A presença de uma cultura de combate ao crime cria valores e dispositivos de produção de subjetividades, acrescente também a concepção militar, que possui máxima eficiência com menor tempo de resposta, fazendo com que o policial militar (PM) se afaste da figura de um servidor público comum e se aproxime da imagem “soldado-guerreiro” (ANTUNES, 2019). Visto que, as atividades executadas envolvem fatores de risco, tensão, desgaste físico e mental, como o convívio com pessoas violentas e envolvidas em atividades criminosas; jornada de trabalho prolongada e desvalorização por parte da sociedade (SILVA, 2019).

O sentimento de receio em relação às práticas criminosas não é algo restrito somente aos cidadãos, muitos profissionais de segurança pública também sentem essa mesma insegurança, logo preferem se dirigir ao trabalho sem o uniforme de serviço, mesmo o deslocamento feito de veículos automotivos próprios. Não raro, a mídia retratar situações em que os policiais se encontram como vítimas das ações de criminosos, estando de serviço ou de folga. Destaca-se que os profissionais, mesmo tendo o direito de andar armados, não se sentem seguros em realizar atividades rotineiras em suas folgas, pois é perceptível o receio de se tornarem vítima de uma ação criminosa pelo simples fato de ser policial (SABOYA, 2017).

Assim, o mesmo vive em um mundo de polêmicas, onde se encontra invisível aos olhos da sociedade, logo, a sua grande função seria conter a criminalidade, mas esse trabalhador, devido os riscos advindos da sua profissão, podem reproduzi-la ou virar vítima dela. Destaca-se também, que os Policiais Militares são responsabilizados e desvalorizados por uma crise de segurança pública que vem se arrastando a muito tempo por todo o Brasil. Se tornando “bodes expiatórios” de um sistema arruinado, que por várias

décadas viveu empenhado no exercício da tirania e teve sua configuração administrativa completamente alheia aos problemas da sociedade, impactando diretamente na imagem de hoje (SANTOS JÚNIOR, 2009).

O cenário de trabalho na função policial pública impõe a esses labutadores o cumprimento de hierarquia rígida, intensa responsabilidade e sobrecarga emocional, o que impacta na vida laboral e social (DOS ANJOS; DE SOUZA; SAMARIDI, 2018). Para além disto, as forças policiais ainda padecem do estigma de violência, ineficácia e corrupção, sendo por vezes invisibilizados como atores fundamentais para constituição e consolidação do espaço público seguro, pacífico e que promove a cidadania (BATITUCCI, 2019).

Destaca-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS) já considera o estresse profissional como uma epidemia global, tal fato não é diferente com a atividade policial militar, o qual é diariamente exposto à insalubridade ocupacional e a violência diária, que se apresenta cada vez mais bárbara. No entanto, o PM acredita que precisa passar a imagem que costuma lhe ser atribuída de “homem de ferro”, o que impede na hora de expor seus sentimentos e buscar por ajuda (DOS ANJOS; DE SOUZA; SAMARIDI, 2018).

Importante lembrar que o estresse também interfere de forma negativa na qualidade das relações interpessoais, gerando um mecanismo de retroalimentação negativa, o que implica em queda na capacidade de produzir interações satisfatórias, tanto na dimensão pessoal quanto profissional, acarretando em estreitas relações com qualidade de vida e saúde dos indivíduos (COUTO; BRITO; VASCONCELOS-SILVA; LUCCHESI, 2017). A saúde do PM pode ser influenciada por diversos fatores, a saber: (a) alimentação; (b) saúde física e mental; (c) meio ambiente; e (d) fatores genéticos (BARBOSA; MENDES; SANTOS; CAVALCANTE *et al.*, 2018).

Ser policial não é fácil, principalmente em solo brasileiro. Ser policial feminina (PFEM) é uma tarefa ainda mais difícil. Quando se observa todas as limitações e impactos na saúde e qualidade de vida advindos da profissão, faz-se repensar sobre a importância da criação de políticas públicas voltadas para esse público. Assim este estudo visa discutir, através de uma revisão da literatura, o adoecimento biopsicoemocional entre policiais militares.

9. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo revisão geral. Realizou-se a busca das publicações no sítio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

Foram utilizados como descritores: “Polícia”, “Militares”, “Doença”, e “Ambiente de Trabalho” além de seus termos correspondentes na língua inglesa. Na busca avançada foi inserido o operador booleano “AND”. Como critérios de inclusão: textos online na íntegra, publicados nos últimos dez anos e nos idiomas inglês e português. Critérios de exclusão: artigos que possuíam delineamento metodológico incompleto e publicações duplicadas.

Para coletar as informações dos estudos, foi utilizado um instrumento previamente elaborado, adaptado de (URSI, 2005), de maneira a ressaltar as seguintes dimensões: objetivo, resultados e conclusões.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando ocorre a associação de vários fatores oriundos da própria profissão, estes impactam diretamente em problemas de saúde (COUTO; BRITO; VASCONCELOS-SILVA; LUCHESE, 2017). Apresenta-se alguns aspectos e fatores que podem interferir na saúde do trabalhador militar (Figura 1) (DORNELES; DE LIMA DALMOLIN; DE SOUZA MOREIRA, 2017).

Figura 1- Variáveis que podem interferir na saúde do trabalhador militar.



Fonte: adaptado de Dorneles; de Lima Dalmolin; de Souza Moreira, 2017.

Assim, os parâmetros de saúde são estabelecidos por aspectos individuais e socioambientais, que ao longo da vida podem ser modificáveis ou não, caracterizando condições em que vive o ser humano (JÚNIOR; TONELLO; DE REZENDE NEVES; RIBEIRO *et al.*, 2013). Entre os fatores individuais destaca-se o sexo, idade, renda, sono, composição corporal, atividade física, hábitos alimentares. Já os ambientais seriam o próprio ambiente, condições de trabalho, segurança, custo, consumo de álcool e tabaco, entre outros (FERMINO; REIS, 2013; JÚNIOR; TONELLO; DE REZENDE NEVES; RIBEIRO *et al.*, 2013; KIENTEKA; FERMINO; REIS, 2014).

Há tensões representadas sob exigência e efetivação das ações exigidas a esses policiais, desse modo, devem ser considerados não apenas os riscos peculiares do combate ao crime, mas também, os pilares da hierarquia e disciplina, a força de trabalho delegada, as condições do ambiente laboral, as repercussões sociais, políticas e midiáticas e sua relação com todo o corpo de trabalho. A seguir, será detalhado sobre algumas variáveis que podem impactar diretamente nas condições de saúde e qualidade de vida do policial militar.

2.1. Aspectos Sociodemográficos

Há profissões que acarretam elevado risco, tanto epidemiológico quanto social, o que amplia significativamente as condições de saúde e a qualidade de vida. Destaca-se neste cenário a atividade policial, tendo em vista seu modo de trabalho e de vida diferenciado, com a necessidade constante de manter o estado de alerta, inclusive nos momentos em que não estão atuando como profissionais (PELEGRINI; CARDOSO; CLAUMANN; PINTO *et al.*, 2018).

Quando se trata do adoecimento nas corporações militares, é necessário entender que trabalhar nesse grupo não está limitado à concepção de desempenhar uma atividade profissional especializada e remunerada, ultrapassando tal concepção, criando um verdadeiro laço de identificação entre o sujeito e sua fonte de renda (CORRÊA; NUMMER, 2017).

Já, ao falar de gênero, é impossível dissociá-lo da relação de trabalho, principalmente em atividades laborais que são culturalmente masculinas. Fato encontrando na PM, pois a divisão técnica e sexual do trabalho constrói o lugar do policial militar a partir de um ideal

de masculinidade e virilidade. Apesar do número de PFEM está em acessão, ainda é bem menor comparado aos homens, o que pode dificultar ainda mais o ser policial mulher nesse cenário tão masculino. E quando a organização e as condições do trabalho entram em conflito com os mecanismos psíquicos do trabalhador, e vice-versa, gera-se sofrimento e/ou prazer (ANTUNES, 2019).

Corroborando com essa ideia, estudo com PM do Ceará, sinalizou que 95,0% da amostra era do sexo masculino, com idade entre 31 a 40 anos (53,8%), pardos (69,2%), católicos (47,9%), vivendo em união estável (67,5%), com até três pessoas no domicílio (81,3%) (CARVALHO, 2020). Trabalho conduzido no Batalhão da Polícia Militar da Bahia, apontou que grande maioria era do sexo masculino (89,8%), com faixa etária média de 34 anos e casados (66,1%) (DE SOUZA LEITE; OLIVEIRA; NEVES; SAMPAIO, 2019). O anuário de Segurança Pública (2016) sinaliza que aproximadamente 90% dos policiais militares são do sexo masculino, raça/cor negra e tem entre 40 e 49 anos. Outro estudo realizado em Sergipe com 254 PM, mostrou que a maioria (83,5%) era do sexo masculino, média de idade foi de 36,5 (DO NASCIMENTO; SOARES; OLIVEIRA; TELES *et al.*, 2020).

Somente em 1950 que foram inseridas as primeiras mulheres na PM, tendo como pioneiro o Estado de São Paulo, e em 1970 vários Estados começaram a incorporar o público feminino em suas corporações. Já em 1990, foi criado o Pelotão de PM Feminina ou das Companhias Femininas em alguns Estados, mostrando que a PM se abria à mulher, mas não de forma plena, pois limitava o seu campo de atuação (RIBEIRO, 2018; SCHACTAE, 2016).

Em síntese, ser do sexo masculino no Brasil é viver várias vertentes, logo, existe uma valorização das características sócio culturalmente atribuídas a eles, visto que precisam ser fortes, viris, racionais e ter uma sexualidade exacerbada, ou seja, “está pronto a toda hora”. Assim, o homem “normal” tem que ter todos esses atributos e, principalmente, negar/esconder suas fragilidades (MEDRADO; NASCIMENTO; LYRA, 2019).

Dessa forma, a construção da masculinidade não estimula os homens a buscar cuidado para si ou para o outro, implicando em uma baixa adesão aos serviços de saúde em função dos estereótipos de gênero (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2017).

Diante do exposto, observou-se que a polícia militar é composta majoritariamente por homens, por conseguinte, deve-se se atentar as doenças que são mais comuns no público masculino. Tradicionalmente formada por adultos jovens, trata-se de uma profissão na qual

estão mais expostos a doenças crônicas, osteomusculares, acrescente também, transtornos mentais e má alimentação, ambos advindo de uma profissão de risco.

2.2. Comportamentos de Saúde, Costumes e Estilos de Vida

É sabido que, de acordo com a epidemiologia, ocorrem avanços exponenciais do desenvolvimento das Doenças Crônicas não comunicáveis (DCNC) no mundo, em geral, por vários motivos, como o consumo de bebida alcoólica, uso de cigarro, sedentarismo, má alimentação, baixa qualidade de sono, condições de trabalho inadequadas entre outras (LEME; CAMPOS, 2020; MALTA; BERNAL; VIEIRA NETO; CURCI *et al.*, 2020).

O estilo de vida é caracterizado por hábitos e comportamentos da rotina diária que podem impactar na saúde humana, principalmente, a do policial militar. Estudos apontam fragilidades no estilo de vida desses profissionais associando aspectos individuais e coletivos, estes comportamentos implicam em maior probabilidade de desenvolvimento de DCNC (GUALBERTO; DE SOUZA; QUEIROZ; DE CARVALHO *et al.*, 2020; RUGHI; BASSO; SCHUCH, 2021; VENÂNCIO; DE LIMA SILVA; DINIZ; DE MELO *et al.*, 2021).

Destaca-se que as populações das grandes capitais brasileiras apresentam comportamentos alimentares com alto consumo de alimentos industrializados, além de obesidade e sedentarismo (DE ARAÚJO; DA COSTA CUNHA, 2021). Padrões que explicam parcialmente o aumento da mortalidade decorrente de causas cardiovasculares e neoplasias malignas, onde os indicadores antropométricos, e outras variáveis como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus (DM), uso de tabaco, idade e inatividade física são fatores de risco para o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT's) (SILVA, 2019).

Em relação as DCNT's, considera-se um problema de saúde pública mundial. De acordo com a OMS, fazem parte desse grupo as doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, câncer e DM. Se caracterizam por múltipla etiologia, curso prolongado, origem não infecciosa e associação com deficiências e incapacidades funcionais. Como fatores de risco, podem ser classificados em não modificáveis (sexo, idade, herança genética) e comportamentais ou modificáveis (tabagismo, alimentação não saudável, sedentarismo, consumo de álcool e obesidade), sendo potencializados pelos aspectos socioeconômicos,

culturais e ambientais (FERREIRA, 2020; MALTA; BERNAL; VIEIRA NETO; CURCI *et al.*, 2020).

Portanto, o trabalho policial os expõe ao desenvolvimento de algumas comorbidades, como a HAS, diabetes mellitus tipo 2 (DM2), hipertrigliceridemia, hiperinsulinemia, doenças ateroscleróticas, estresse, irritabilidade e insônia (DO NASCIMENTO; SOARES; OLIVEIRA; TELES *et al.*, 2020). As taxas de morbimortalidade por fatores externos, problemas relacionados ao excesso de peso, doenças gastrointestinais e agravos cardiovasculares são maiores entre policiais que na população geral (FRIGHETTO, 2020; RUGHI; BASSO; SCHUCH, 2021). O excesso de peso nesse público advém de maus hábitos alimentares e sedentarismo interferindo assim, de forma negativa, na qualidade de seu trabalho (ARAÚJO; DO NASCIMENTO; SOARES; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Como apresentado, a falta de exercícios físicos e de uma alimentação balanceada, pode acarretar em patologias, visto que implica em sobrepeso, índices elevados de colesterol, dores no pescoço, costas, coluna, cefaleia e enxaqueca, o que aponta para o grave risco de saúde entre os policiais. Além das complicações fisiológicas encontrasse agregado outros problemas de ordem sociológica e psíquica, a saber: comportamento inadequado como alcoolismo, jogatina descontrolada, comportamento agressivo, maior exposição a acidentes, ansiedade, insônia, explosões emocionais e vários tipos de dores crônicas (DO NASCIMENTO; SOARES; OLIVEIRA; TELES *et al.*; MARÇAL; FINCO, 2020).

Estudo realizado com PM da Bahia mostrou que, apesar de apresentarem qualidade de vida boa ou muito boa, e de ter feito uma avaliação positiva, o trabalho policial é repleto de fatores desgastantes. Também revelou que o trabalho causa estresse e sofrimento psíquico, evidenciando que a qualidade de vida está fortemente ligada a fatores sociais e psicológicos (LEITE *et al.*, 2019). Em outra pesquisa, foi possível observar que, alguns dos policiais militares apresentavam fatores de risco, como o uso do tabaco (3,9%) e o consumo de bebidas alcoólicas (57,1%) (DO NASCIMENTO; SOARES; OLIVEIRA; TELES *et al.*, 2020).

Outro estudo realizado em Fortaleza, apontou que na 9ª companhia do 1º Batalhão da Polícia Comunitária (BPCOM), em 2016, a maioria dos policiais considera o seu trabalho insatisfatório em relação às demandas psicológicas e físicas, mesmo sendo considerado de alta exigência. Também mostrou que a morbidade nesse grupo é elevada e

está relacionada com as cargas excessivas de trabalho (BARBOSA; MENDES; SANTOS; CAVALCANTE *et al.*, 2018).

Ressalta-se que essa sobrecarga se encontra associada ao regime de escalas e aos horários, por serem inflexíveis, chegando a desencadear problemas de saúde no sistema digestório, muscular e nervoso (FERREIRA; DUTRA, 2017).

Nesse contexto, a saúde física dos policiais militares está inclusa nos temas prioritários elencados pela Política Nacional de Promoção da Saúde, exigindo o estímulo a práticas corporais e atividades físicas que favoreçam as condições de saúde dessa população (PELEGRINI; CARDOSO; CLAUMANN; PINTO *et al.*, 2018).

O PM vive em posição de constante alerta, oriundo das diversas situações de risco a que está exposto, convivendo com o perigo, lidando com crimes de toda a ordem, violência generalizada e observando cotidianamente a face mais cruel do homem, a qual se revela pelo desprezo à vida do outro. Assim, o estresse passa a existir para o agente como uma preparação do organismo para suportar as referidas situações.

Destaca-se que a pessoa que é submetida a ocasiões constantemente estressantes está mais propensa a sofrer com problemas psíquicos, podendo ser acometida por depressão, síndrome de Burnout, ansiedade, crises de pânico, entre outros, e a ausência de tratamento devido pode acarretar danos irreparáveis à saúde psicológica do indivíduo, o que pode resultar em casos extremos, como o suicídio (DOS ANJOS; DE SOUZA; SAMARIDI, 2018).

De acordo com a Coordenadoria de Saúde, Assistência Social e Religiosa do Ceará (CSASR), em Fortaleza, aproximadamente 286 PM, por mês, pedem afastamento devido a problemas psicoemocionais e, só no ano de 2019, foram registrados sete suicídios na capital do Ceará (Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e Religiosa - CSASR/PMCE - Polícia Militar, 2021).

A presença de diagnósticos de doenças mentais entre profissionais militares, os quais estão diretamente relacionados às condições laborais, demandam relevante atenção, haja vista que pode incapacitar o agente total ou parcialmente, reduzindo sua autonomia e aptidão cognitiva. Observa-se que as condições adversas provenientes da atividade rotineira acarreta em esgotamento psíquico e físico, o que pode gerar problemas de saúde (DOS ANJOS; DE SOUZA; SAMARIDI, 2018).

A percepção de estresse em policiais militares mostra que está relacionado à saúde psicológica e física dos agentes. Pesquisa realizada com PM da região metropolitana de Florianópolis, mostrou que a alta prevalência de licença para tratamento de saúde ocorre por transtorno mental e comportamental, devendo buscar estratégias de prevenção e enfrentamento do transtorno mental e comportamental dos trabalhadores militares (DORNELES; DE LIMA DALMOLIN; DE SOUZA MOREIRA, 2017).

A pressão constante a que esses profissionais vivem pode alterar sua maneira normal de agir e pensar, levando a sensações de medo, fuga, desespero e, até mesmo, um raciocínio conturbado, dificultando a realização de atividades no seu dia-a-dia e o estabelecimento de prioridades (CARNEIRO; NOBRE; DE SOUZA MACIEL; MORAIS, 2019; PINHEIRO; FARIKOSKI, 2016). Dessa forma, a preservação e o cuidado com a saúde mental no ambiente de trabalho são indispensáveis para resolução das atividades laborais, visto que o trabalho exige uma pessoa saudável psíquica e fisicamente, para que as suas atividades sejam realizadas com qualidade e eficácia (COUTO; BRITO; VASCONCELOS-SILVA; LUCCHESI, 2017).

Diante disso, nota-se que a saúde mental dos policiais militares carece de máxima atenção e acompanhamento frequente, mas, não tem recebido a vigilância que requer, em razão dos preconceitos que cercam as enfermidades mentais, as quais são geralmente tratadas como “frescura”, “tentativa de chamar a atenção” e “fraqueza”. Associado a complexidade do comportamento dessa organização policial, pautada na hierarquia e na disciplina, o que dificulta a identificação dos sinais das doenças mentais, as quais vêm se alastrando no seio da instituição, cerceando vidas de forma silenciosa (DOS ANJOS; DE SOUZA; SAMARIDI, 2018).

Como observado, os problemas físicos e mentais dos policiais militares podem ser explicados pelo constante estresse advindo da própria profissão, associado a jornada de trabalho exaustiva, insegurança, medo da morte, dentre outros. Essas características peculiares da profissão torna o policial mais exposto aos riscos nutricionais, ao sedentarismo e conseqüentemente as DCNT's.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da classe feminina está em ascensão, a polícia militar é composta majoritariamente por homens, adultos jovens e pardos. Os problemas físicos e mentais são advindos da própria profissão, por se tratar de um serviço que possui uma jornada de trabalho exaustiva, associado a insegurança, medo da morte, dentre outros. Recomenda-se mais estudos voltados para a temática, principalmente pesquisa de campo, para que seja possível acompanhar o processo de saúde e adoecimento desses profissionais.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. J. F. Hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde. 2019.

ARAÚJO, F. M.; DO NASCIMENTO, V. M. S.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M. *et al.* Nível de atividade física, percepção de qualidade de vida e saúde mental em policiais militares. **Motricidade**, 16, n. S1, p. 113-123, 2020.

BARBOSA, A. B.; MENDES, A. L. D. R. F.; SANTOS, G. C. M. D.; CAVALCANTE, A. C. M. *et al.* Perfil antropométrico e alimentar de policiais militares. **Motricidade**, 14, n. 1, p. 96-102, 2018.

BATITUCCI, E. C. GERENCIALISMO, ESTAMENTALIZAÇÃO E BUSCA POR LEGITIMIDADE: O campo policial militar no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 34, n. 101, 2019.

CARNEIRO, A. L. C.; NOBRE, C. V.; DE SOUZA MACIEL, R.; MORAIS, H. C. C. M. Caracterização da Síndrome de Burnout em Policiais Militares relacionada aos riscos ocupacionais: revisão de literatura. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, 6, 2019.

CARVALHO, G. S. D. O. Características do adoecimento psicoemocional e exposição à violência entre policiais militares da cidade de Fortaleza, Ceará. 2020.

Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e Religiosa - CSASR/PMCE - Polícia Militar. 2021.

CORRÊA, M. Â. S.; NUMMER, F. V. Institucionalização de saberes: o processo de sujeição do ato de matar no trabalho policial militar. **REVISTA CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**, 1, n. 2, p. 66-80, 2017.

COUTO, G.; BRITO, E. D. A. G.; VASCONCELOS-SILVA, A.; LUCCHESI, R. Saúde mental do policial militar: Relações interpessoais e estresse no exercício profissional. **Psicologia Argumento**, 30, n. 68, 2017.

DE ARAÚJO, I. K. F.; DA COSTA CUNHA, K. Hábitos alimentares e estado nutricional dos bombeiros militares de Belém, Pará, Brasil. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, 15, n. 91, p. 113-127, 2021.

DE SOUZA LEITE, M. L.; OLIVEIRA, F. F.; NEVES, C. F.; SAMPAIO, L. C. Qualidade de Vida dos Policiais Militares de Vitória da Conquista–BA/Quality of Life of Military Polices of Vitória da Conquista-BA. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, 13, n. 48, p. 333-341, 2019.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. *In: A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, 1988. p. 163-163.

DO NASCIMENTO, V. M. S.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M.; TELES, L. L. *et al.* Atividade física e fatores associados à ideação suicida em policiais militares de Sergipe, Brasil. **Motricidade**, 16, n. S1, p. 94-103, 2020.

DO NASCIMENTO, V. M. S.; SOARES, N. M. M.; OLIVEIRA, D. P. M.; TELES, L. L. *et al.*, **NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL EM POLICIAIS MILITARES DE SERGIPE, BRASIL.**

DORNELES, A. J. A.; DE LIMA DALMOLIN, G.; DE SOUZA MOREIRA, M. G. Saúde do trabalhador militar: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, 6, n. 1, p. 73-80, 2017.

DOS ANJOS, I. E. P.; DE SOUZA, A. A.; SAMARIDI, I. A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR. 2018.

FERMINO, R.; REIS, R. Variáveis individuais, ambientais e sociais associadas com o uso de espaços públicos abertos para a prática de atividade física: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 18, n. 5, p. 523-523, 2013.

FERREIRA, J. Doenças crônicas não transmissíveis e os dilemas do cuidado: a teoria da ordem negociada revisitada. **Saúde e Sociedade**, 29, p. e190149, 2020.

FERREIRA, M. O.; DUTRA, F. C. M. S. E. AVALIAÇÃO DOS FATORES PSICOSSOCIAIS, SAÚDE MENTAL E CAPACIDADE PARA O TRABALHO EM POLICIAIS MILITARES DE UBERABA/MG1. **Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública**, 3, n. 6, 2017.

FRIGHETTO, M. AVALIAÇÃO DE SAÚDE EM POLICIAIS MILITARES DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINESE. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, 5, p. e24695-e24695, 2020.

GUALBERTO, P. I. B.; DE SOUZA, R. M.; QUEIROZ, A. C. C.; DE CARVALHO, P. H. B. *et al.* NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA, COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO E FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM

POLICIAIS MILITARES DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES/MG. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, 3, n. 3, p. 38-38, 2020.

JÚNIOR, G. R. C.; TONELLO, L.; DE REZENDE NEVES, R. L.; RIBEIRO, J. C. *et al.* Qualidade de vida, estilo de vida e saúde: um artigo de revisão. **AMAZÔNIA: SCIENCE & HEALTH**, 1, n. 1, 2013.

KIENTEKA, M.; FERMINO, R.; REIS, R. Fatores individuais e ambientais associados com o uso de bicicleta por adultos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 19, n. 1, p. 12-12, 2014.

LEME, P. A. F.; CAMPOS, G. W. D. S. Avaliação participativa de um programa de prevenção e tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. **Saúde em Debate**, 44, p. 640-655, 2020.

MALTA, D. C.; BERNAL, R. T. I.; VIEIRA NETO, E.; CURCI, K. A. *et al.* Doenças Crônicas Não Transmissíveis e fatores de risco e proteção em adultos com ou sem plano de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25, p. 2973-2983, 2020.

MARÇAL, R. M.; FINCO, M. D. Práticas de atividade física: uma análise da motivação e satisfação dos policiais militares de João Pessoa. **Motrivivência**, 32, n. 63, p. 01-21, 2020.

MEDRADO, B.; NASCIMENTO, M.; LYRA, J. Os feminismos e os homens no contexto brasileiro: provocações a partir do encontro 13º Fórum Internacional AWID. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24, p. 603-608, 2019.

MOREIRA, T. S. V. O impacto do estresse ocupacional e Síndrome de Burnout entre militares do Exército Brasileiro. **EsSEX: Revista Científica**, 2, n. 3, p. 29-35, 2019.

PELEGRINI, A.; CARDOSO, T. E.; CLAUMANN, G. S.; PINTO, A. D. A. *et al.* Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 26, p. 423-430, 2018.

PINHEIRO, L. R. S.; FARIKOSKI, C. Avaliação do nível de estresse de policiais militares. **Revista de Psicologia da IMED**, 8, n. 1, p. 14-19, 2016.

RIBEIRO, C. R.; GOMES, R.; MOREIRA, M. C. N. Encontros e desencontros entre a saúde do homem, a promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na atenção básica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 27, p. 41-60, 2017.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, 26, 2018.

RUGHI, A. L.; BASSO, C.; SCHUCH, N. J. Síndrome Metabólica e Fatores de Risco Cardiovascular em Policiais Militares: uma revisão da literatura. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, 21, n. 1, p. 123-133, 2021.

SABOYA, P. C. L. As mudanças na formação do policial militar do Ceará no contexto da segurança pública. 2017.

SANTOS JÚNIOR, F. E. A violação dos direitos humanos e da cidadania dos policiais militares no estado do Ceará. 2009.

SCHACTAE, A. M. A arma e a saia: definindo a atividade da policial feminina e reconstituindo diferenças de gênero. **O público e o privado**, 14, n. 28 jun. dez, p. 91-109, 2016.

SILVA, A. F. D. Aspectos antropométricos e desempenho físico dos policiais do Grupamento de Ações Táticas Especiais-GATE da Polícia Militar do Estado da Paraíba. 2019.

URSI, E. S. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura [dissertação]. **Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto**, 2005.

VENÂNCIO, P. E. M.; DE LIMA SILVA, D.; DINIZ, J. P.; DE MELO, L. L. S. *et al.* Riscos cardiovasculares, aptidão física dos policiais militares de Anápolis. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, 20, p. e6100-e6100, 2021.

“A falta de atividade física destrói a boa condição de qualquer ser humano, enquanto o movimento e o exercício físico metódico o salva e o preserva”.

Hipócrates

CAPÍTULO 4
APTIDÃO FÍSICA E O TRABALHO POLICIAL:
AVALIAÇÃO RÁPIDA DE EVIDÊNCIAS.

Vitória Antônia Feitosa Lima

Maria Aldeisa Gadelha

Renata Adele Lima Nunes

Deborah Gurgel Smith

Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

1. INTRODUÇÃO

A exposição crônica ao estresse ocupacional pode levar a consequências negativas para a saúde. Criar ambientes de trabalho menos estressantes e tornar os funcionários física e psicologicamente mais resistentes ao estresse são, portanto, duas grandes preocupações de saúde pública.

A exposição prolongada a circunstâncias de vida estressantes que excedem as capacidades de enfrentamento dos indivíduos pode resultar em prejuízos à saúde emocional, cognitiva, fisiológica e somática. Quanto ao estresse ocupacional, dois dos modelos teóricos mais proeminentes são o modelo de controle de demandas de trabalho (DT) e o modelo de desequilíbrio de esforço-recompensa (ERI) (ANDREW; VIOLANTI; GU; FEKEDULEGN *et al.*, 2017; BROUGH; DRUMMOND; BIGGS, 2017; CIPRANI; MORONI; CONTE, 2014a; PINTO; FIGUEIREDO; DE SOUZA, 2013; SANTANA; GOMES; MARCHI; GIRONDOLI *et al.*, 2012; SOUZA; MINAYO; SILVA; PIRES, 2012).

No modelo DT, esse desequilíbrio é rotulado como “tensão no trabalho”. Por outro lado, o modelo ERI assume que os funcionários percebem seu trabalho como estressante e se eles têm a sensação de que investem muita energia (esforços), mas não obtêm reconhecimento (recompensa) suficiente por seus esforços (CHAN; LIU; LIANG; DENG *et al.*, 2018; FINNEY; STERGIOPOULOS; HENSEL; BONATO *et al.*, 2013; FOSTER; BROOKS-GUNN, 2009; SCHAUFELI; PEETERS, 2000). Em sua vida profissional, os policiais têm que lidar com morte, sofrimento, pobreza e ameaças físicas; por consequência, eles são frequentemente solicitados a utilizar seus recursos físicos e mentais. Assim, a aptidão física dos policiais deve apoiar uma boa saúde e um bom desempenho físico (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; CHAN; LIU; LIANG; DENG *et al.*, 2018; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021; STEIN; BARTONE, 2019).

Devido a uma combinação da natureza física e sedentária dos deveres da segurança pública, os policiais enfrentam a possibilidade de sofrer uma ampla gama de lesões musculoesqueléticas. A sobrecarga suportada pelos policiais em suas atividades laborais e a realização de uma ação física repentina associada ao comportamento sedentário, que inclui, por exemplo, o tempo passado sentado em uma viatura policial, coloca-os em um risco maior de lesões musculoesqueléticas, ocasionadas por estresse excessivo, além de fatores como fadiga, obesidade, problemas de sono e outros desfechos

negativos. (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; CHOPKO; PALMIERI; ADAMS, 2021; FEKEDULEGN; BURCHFIEL; MA; ANDREW *et al.*, 2017; MA; GU; BHANDARI; CHARLES *et al.*, 2020; MA; HARTLEY; SARKISIAN; FEKEDULEGN *et al.*, 2019; NJIRO; NDUMWA; MSENKA; KAWALA *et al.*, 2021; PURBA; DEMOU, 2019; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*, 2020; SHIOZAKI; MIYAI; MORIOKA; UTSUMI *et al.*, 2017).

Um maior tempo de serviço na polícia tem sido associado a episódios recorrentes e crônicos de dor lombar, licenças e afastamento laboral (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; BROUGH; DRUMMOND; BIGGS, 2017; LEE; CHOI; KIM; NAM *et al.*, 2016; NELSON; SMITH, 2016; SHIOZAKI; MIYAI; MORIOKA; UTSUMI *et al.*, 2017). Além da sobrecarga de trabalho e condições inadequadas de recuperação fisiológica e autonômica, a ocorrência de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) ou Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (DORT) devido a fatores ergonômicos e organizacionais, podem acometer negativamente esses indivíduos, o que impacta diretamente no desempenho físico e na qualidade de vida do policial (BARBOSA; SANTOS; TREZZA, 2007). Entretanto, estudos sobre medidas de condicionamento físico e sua relação com as habilidades de policiais, enquanto sobrecarregados por suas cargas físicas, ainda são limitados.

Assim, esta revisão tem por objetivo descrever e abordar a importância da interrelação entre aptidão física e trabalho policial.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura realizado entre junho e julho de 2021. Revisões narrativas são estudos apropriados para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto sob o ponto de vista teórico, que estrutura a partir da análise da literatura publicada nos diversos meios de divulgação científica, interpretação e análise crítica pessoal do autor (CASARIN; PORTO; GABATZ; BONOW *et al.*, 2020).

A pergunta de pesquisa que norteou o presente estudo foi: “Como a fadiga interfere no trabalho policial?”. Para seleção dos estudos, realizou-se buscas

sistematizadas nas bases de dados eletrônicas PubMed e Scopus, sem limitações para o idioma e com datas de publicação entre 2016 e 2021.

A avaliação para a seleção dos artigos foi realizada por dois avaliadores independentes. Em seguida, estes se reuniram e conferiram se havia divergência de opiniões, e estas foram sanadas por meio de um consenso. Inicialmente, a seleção foi realizada através de títulos, seguida por resumos e, quando selecionados, por leitura completa dos artigos.

Esta revisão se utilizou de seis etapas: 1) identificação da questão e objetivo de pesquisa; 2) identificação de estudos relevantes, que viabilizassem a amplitude e a abrangência dos propósitos da revisão; 3) seleção de estudo, conforme os critérios predefinidos; 4) mapeamento de dados; 5) sumarização dos resultados, por meio de uma análise temática qualitativa em relação ao objetivo e pergunta; 6) apresentação dos resultados, identificando as implicações para política de atenção à saúde do policial.

3. NECESSIDADE DE APTIDÃO FÍSICA NO TRABALHO POLICIAL

O treinamento da academia é promovido pela instituição para preparar física e mentalmente os recrutas policiais para suas demandas de trabalho. Os policiais, ao adentrarem na academia de polícia, aprenderão as habilidades, os procedimentos, os requisitos legais necessários para sua ocupação e os padrões esperados de comportamento, valores e ética (KUKIĆ; LOCKIE; VESKOVIĆ; PETROVIĆ *et al.*, 2020; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021; MARTINEZ; ABEL, 2021). Um componente importante do treinamento da academia para os recrutas é o desenvolvimento da aptidão física. Entretanto, devem melhorar vários aspectos do condicionamento físico, incluindo resistência muscular, potência e condicionamento aeróbico, para aumentar o potencial de graduação.

Assim, mecanismos de proteção contra o estresse para melhorar a saúde têm se concentrado, principalmente, na reatividade e na recuperação do estresse (GERBER; KELLMANN; ELLIOT; HARTMANN *et al.*, 2013; GRANT; MONGWE; JANSE VAN RENSBURG; FLETCHER *et al.*, 2016; MARTINEZ; ABEL, 2021; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*, 2020). Os policiais precisam possuir um nível adequado de aptidão muscular e aeróbica para desempenhar as funções essenciais do

trabalho. Uma redução do nível de atividade física pode ter impactos negativos na quantidade de força geral desempenhada e na força dos membros inferiores (MMII) dos policiais, o que, por sua vez, pode afetar a capacidade de perseguir um suspeito a pé, ajudar na eliminação de obstáculos e melhorar as capacidades de resistência da vítima/corpo.

As medidas de força absoluta e relativa dos membros inferiores, no que se refere ao levantamento para posição bípede, mostraram relações diretas com posturas específicas da atividade policial em situações de confronto armado, como na posição de rastejo e *high low*. Há que se destacar que a força geral e a dos membros inferiores são essenciais para vários desempenhos ocupacionais em atributos como corrida de distâncias variadas, subir escadas e pular (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; KUKIĆ; LOCKIE; VESKOVIĆ; PETROVIĆ *et al.*, 2020; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021; MARTINEZ; ABEL, 2021).

Acrescente-se que policiais carregam e usam armas e táticas especiais quando ameaçados por situações difíceis. As armas e os equipamentos especializados transportados podem incluir arma longas semiautomáticas, pistolas, revólveres, munições menos letais, escudos balísticos, coletes à prova de balas, que podem pesar cumulativamente de 23 kg até mais de 40 kg. Deste modo, o desenvolvimento de potência e sua relação com melhorias na velocidade de sprint estão diretamente relacionados com a força muscular dos MMII. O tempo sedentário, em especial, e as horas passadas sentado na viatura expõem os policiais a um risco aumentado de desenvolver dor lombar crônica, devido a uma quantidade aumentada de flexão lombar prolongada, levando a diminuições nos níveis de atividade física (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; BROUGH; DRUMMOND; BIGGS, 2017; RIEDY; DAWSON; VILA, 2019; SHIOZAKI; MIYAI; MORIOKA; UTSUMI *et al.*, 2017).

Policiais encontram-se sedentários na maior parte do tempo de serviço, mas podem ser chamados com pouco ou nenhum aviso em situações de extremo perigo e estresse fisiológico. Embora muitas vezes preparado com antecedência para implantação, está exposto a altos níveis de estresse físico, mental e emocional por períodos prolongados. Deste modo, o risco de doenças cardiovasculares, principalmente nestes indivíduos, pode ser maior do que na população em geral. Por isto, é necessário otimizar seu treinamento, evitar over training e maximizar o equilíbrio entre o treinamento e as demandas operacionais (GRANT; MONGWE; JANSE VAN RENSBURG; FLETCHER *et al.*,

2016; MARTINEZ; ABEL, 2021; POZUELO-CARRASCOSA; MARTÍNEZ-VIZCAÍNO; SÁNCHEZ-LÓPEZ; BARTOLOMÉ-GUTIÉRREZ *et al.*, 2017; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*, 2020; STEIN; BARTONE, 2019).

O estresse ocupacional entre os policiais pode ter um impacto mais direto na sociedade do que em outras ocupações, uma vez que o desempenho no trabalho está intimamente ligado à segurança pública. Policiais têm um risco aumentado de morbidade e mortalidade cardiovascular devido a fatores como hipertensão, hiperlipidemia, síndrome metabólica, tabagismo e estilo de vida sedentário. Ademais, estressores do trabalho policial, falta de suporte organizacional, trabalho por turnos, *stress*, fadiga e problemas de sono podem interferir no equilíbrio autonômico cardíaco, e o padrão alimentar e o sedentarismo podem atuar como cofatores para este risco acrescido de policiais (CIPRANI; MORONI; CONTE, 2014a; b; FEKEDULEGN; BURCHFIEL; CHARLES; HARTLEY *et al.*, 2016; GARBARINO, 2014; GARBARINO; MAGNAVITA, 2015; GRANT; MONGWE; JANSE VAN RENSBURG; FLETCHER *et al.*, 2016; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021; LU; LIU; SUI; WANG, 2015; LUCEÑO-MORENO; GARCÍA-ALBUERNE; TALAVERA-VELASCO; MARTÍN-GARCÍA, 2016; NELSON; SMITH, 2016; POZUELO-CARRASCOSA; MARTÍNEZ-VIZCAÍNO; SÁNCHEZ-LÓPEZ; BARTOLOMÉ-GUTIÉRREZ *et al.*, 2017; SANTANA; GOMES; MARCHI; GIRONDOLI *et al.*, 2012; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*, 2020; WU; JIANG; ZHOU; GU *et al.*, 2016).

Deste modo, as interações entre estresse no trabalho e aptidão cardiorrespiratória são importantes na recuperação fisiológica. Até certo ponto, a aptidão cardiorrespiratória parece ter o potencial de tamponar a reatividade ao estresse em policiais em situações de estresse agudo.

4. PROGRAMAS DE TREINAMENTO NO TRABALHO POLICIAL

Diversos estudos demonstraram resultados favoráveis ligando programas de treinamento periodizado à melhora de força muscular, resistência muscular, potência anaeróbica e aptidão cardiovascular, e que os maiores ganhos de condicionamento físico ocorreram na primeira metade do programa de treinamento e, posteriormente, começaram a desacelerar na segunda metade, os quais podem ser atribuídos ao aumento da eficiência neuromuscular (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; CHAN; LIU; LIANG; DENG *et*

al., 2018; GRANT; MONGWE; JANSE VAN RENSBURG; FLETCHER *et al.*, 2016; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021; MARTINEZ; ABEL, 2021).

A variabilidade da frequência cardíaca é uma ferramenta eficaz de medição para quantificar a atividade do sistema nervoso autônomo e o estresse psicofisiológico e do desempenho. Com o estresse físico, mental e emocional que os profissionais de segurança pública enfrentam tanto operacionalmente quanto em treinamento, a medição da variabilidade da frequência cardíaca pode ser fundamental para promover sua saúde, segurança e eficácia operacional em ambientes táticos de trabalho (GRANT; MONGWE; JANSE VAN RENSBURG; FLETCHER *et al.*, 2016; KORRE; LOH; ESHLEMAN; LESSA *et al.*; MARTINEZ; ABEL, 2021; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*, 2020).

Há uma estreita relação entre a força de preensão manual e o desempenho em tarefas ocupacionais. Tanto o ombro quanto a força de preensão podem desempenhar um papel crucial na determinação do desempenho em uma série de tarefas específicas do trabalho, incluindo arrasto de manequim, manuseio de uma arma e outros movimentos dinâmicos carregados e podem se tornar de importância crescente se, e quando, o corpo e a capacidade aeróbia atingiram um determinado limite (KORRE; LOH; ESHLEMAN; LESSA *et al.*; KUKIĆ; LOCKIE; VESKOVIĆ; PETROVIĆ *et al.*, 2020; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*).

Devido à natureza de suas ocupações, o policial pode ser obrigado a realizar tarefas que exijam reação e movimento rápidos, muitas vezes a qualquer momento e em situações de risco de vida, como quando procuram cobertura ao estar sob o fogo inimigo. Deste modo, com a necessidade de carregar armamento, é importante entender o efeito potencialmente deletério que a carga adicional pode ter no desempenho tático da polícia (SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*).

O desempenho de potência, sprint e agilidade diminui com a carga tática, o que sugere que o aumento de peso dos oficiais táticos pode colocar essa população em risco de ferimentos ou fatalidade no cumprimento do dever. Assim, a resistência à fadiga anaeróbia e a potência aeróbia estão relacionadas ao decréscimo no desempenho tático produzido pelo transporte de carga (CHAN; LIU; LIANG; DENG *et al.*, 2018; KORRE; LOH; ESHLEMAN; LESSA *et al.*; KUKIĆ; LOCKIE; VESKOVIĆ; PETROVIĆ *et al.*, 2020; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021). Deste modo, os programas de treinamento devem

melhorar a aptidão aeróbica, a flexibilidade, a força da musculatura estabilizadora e a potência muscular, ao mesmo tempo em que mantêm a força muscular para atender às necessidades desses indivíduos (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; KORRE; LOH; ESHLEMAN; LESSA *et al.*; KUKIĆ; LOCKIE; VESKOVIĆ; PETROVIĆ *et al.*, 2020; LOCKIE; DAWES; ORR; DULLA, 2021; MARTINEZ; ABEL, 2021; SCHILLING; HERRMANN; LUDYGA; COLLEDGE *et al.*, 2020).

Assim, há que se considerar que a carga adicional pode ter efeito em sprints de curta distância em relação ao tempo de conclusão (BONDER; SHIM; LOCKIE; RUPPERT, 2021; KORRE; LOH; ESHLEMAN; LESSA *et al.*). Isso indica que, quando está sob carga pesada, o oficial tático normalmente exigirá uma quantidade significativamente maior de tempo para chegar ao seu destino com segurança.

Por fim, considera-se que altos níveis de aptidão cardiorrespiratória têm o potencial de proteger contra prejuízos à saúde física e mental, que podem resultar da exposição ao estresse ocupacional. Deste modo, recomenda-se também que, sempre que possível, as cargas transportadas sejam reduzidas o máximo possível antes de qualquer tarefa que requeira potência e/ ou agilidade.

O presente estudo apresenta limitações como a escassez de estudos feitos com policiais já atuantes na profissão, uma vez que a maioria compara recrutas e/ou cadetes, além dos pouquíssimos achados que avaliem a medição de força de membros superiores e sua correlação com o desempenho físico desses indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alta percepção de condicionamento físico e o bom sono operam como ferramentas de resiliência ao estresse entre policiais. Programas multimodais, incluindo gerenciamento de estresse, higiene do sono e treinamento físico, são componentes essenciais da promoção da saúde no local de trabalho do policial.

Assim, o desenvolvimento de um programa de treinamento simultâneo para melhorar a força e a velocidade de membros inferiores pode ser valioso para policiais.

6. REFERÊNCIAS

ANDREW, M. E.; VIOLANTI, J. M.; GU, J. K.; FEKEDULEGN, D. *et al.* Police work stressors and cardiac vagal control. **Am J Hum Biol**, Mar 2017.

BONDER, I.; SHIM, A.; LOCKIE, R. G.; RUPPERT, T. A Preliminary Investigation: Evaluating the Effectiveness of an Occupational Specific Training Program to Improve Lower Body Strength and Speed for Law Enforcement Officers. **Int J Environ Res Public Health**, 18, n. 14, 07 20 2021.

BROUGH, P.; DRUMMOND, S.; BIGGS, A. Job Support, Coping, and Control: Assessment of Simultaneous Impacts Within the Occupational Stress Process. **J Occup Health Psychol**, Feb 2017.

CASARIN, S. T.; PORTO, A. R.; GABATZ, R. I. B.; BONOW, C. A. *et al.* Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, 10, n. 5, 2020.

CHAN, J. S. Y.; LIU, G.; LIANG, D.; DENG, K. *et al.* Special Issue - Therapeutic Benefits of Physical Activity for Mood: A Systematic Review on the Effects of Exercise Intensity, Duration, and Modality. **J Psychol**, p. 1-24, Oct 2018.

CHOPKO, B. A.; PALMIERI, P. A.; ADAMS, R. E. Trauma-Related Sleep Problems and Associated Health Outcomes in Police Officers: A Path Analysis. **J Interpers Violence**, 36, n. 5-6, p. NP2725-NP2748, 03 2021.

CIPRANI, F.; MORONI, M.; CONTE, G. Risk factors in police activities: operational criticism in surveillance programs. **G Ital Med Lav Ergon**, 36, n. 4, p. 397-399, 2014 Oct-Dec 2014a.

CIPRANI, F.; MORONI, M.; CONTE, G. [Risk factors in police activities: operational criticism in surveillance programs]. **G Ital Med Lav Ergon**, 36, n. 4, p. 397-399, 2014 Oct-Dec 2014b.

FEKEDULEGN, D.; BURCHFIEL, C. M.; CHARLES, L. E.; HARTLEY, T. A. *et al.* Shift Work and Sleep Quality Among Urban Police Officers: The BCOPS Study. **J Occup Environ Med**, 58, n. 3, p. e66-71, Mar 2016.

FEKEDULEGN, D.; BURCHFIEL, C. M.; MA, C. C.; ANDREW, M. E. *et al.* Fatigue and on-duty injury among police officers: The BCOPS study. **J Safety Res**, 60, p. 43-51, Feb 2017.

FINNEY, C.; STERGIOPOULOS, E.; HENSEL, J.; BONATO, S. *et al.* Organizational stressors associated with job stress and burnout in correctional officers: a systematic review. **BMC public health**, 13, p. 82-82, 2013.

FOSTER, H.; BROOKS-GUNN, J. Toward a stress process model of children's exposure to physical family and community violence. **Clinical Child and Family Psychology Review**, 12, n. 2, p. 71-94, 2009. Article.

GARBARINO, S. 24-hour work: the interaction of stress and changes in the sleep-wake cycle in the police force. **G Ital Med Lav Ergon**, 36, n. 4, p. 392-396, 2014 Oct-Dec 2014.

GARBARINO, S.; MAGNAVITA, N. Work Stress and Metabolic Syndrome in Police Officers. A Prospective Study. **PLoS One**, 10, n. 12, p. e0144318, 2015.

GERBER, M.; KELLMANN, M.; ELLIOT, C.; HARTMANN, T. *et al.* Perceived Fitness Protects against Stress-based Mental Health Impairments among Police Officers Who Report Good Sleep. **Journal of Occupational Health**, 55, n. 5, p. 376-384, 2013.

GRANT, C. C.; MONGWE, L.; JANSE VAN RENSBURG, D. C.; FLETCHER, L. *et al.* The Difference Between Exercise-Induced Autonomic and Fitness Changes Measured After 12 and 20 Weeks of Medium-to-High Intensity Military Training. **J Strength Cond Res**, 30, n. 9, p. 2453-2459, Sep 2016.

KORRE, M.; LOH, K.; ESHLEMAN, E. J.; LESSA, F. S. *et al.* Recruit fitness and police academy performance: a prospective validation study Recruit Fitness as a Predictor of Police Academy Graduation The Use of 2 Conditioning Programs and the Fitness Characteristics of Police Academy Cadets Assessing Differences in Anthropometric and Fitness Characteristics Between Police Academy Cadets and Incumbent Officers Special Weapons and Tactics Occupational-Specific Physical Assessments and Fitness Measures. LID - 10.3390/ijerph17218070 [doi] LID - 8070. n. 1471-8405 (Electronic).

KUKIĆ, F.; LOCKIE, R. G.; VESKOVIĆ, A.; PETROVIĆ, N. *et al.* Perceived and Measured Physical Fitness of Police Students. **Int J Environ Res Public Health**, 17, n. 20, 10 19 2020.

LEE, J. K.; CHOI, H. G.; KIM, J. Y.; NAM, J. *et al.* Self-resilience as a protective factor against development of post-traumatic stress disorder symptoms in police officers. **Ann Occup Environ Med**, 28, p. 58, 2016.

LOCKIE, R. G.; DAWES, J. J.; ORR, R. M.; DULLA, J. M. Physical fitness: Differences between initial hiring to academy in law enforcement recruits who graduate or separate from academy. **Work**, 68, n. 4, p. 1081-1090, 2021.

LU, L.; LIU, L.; SUI, G.; WANG, L. The Associations of Job Stress and Organizational Identification with Job Satisfaction among Chinese Police Officers: The Mediating Role of Psychological Capital. **Int J Environ Res Public Health**, 12, n. 12, p. 15088-15099, Nov 2015.

LUCEÑO-MORENO, L.; GARCÍA-ALBUERNE, Y.; TALAVERA-VELASCO, B.; MARTÍN-GARCÍA, J. Stress in Spanish police force depending on occupational rank, sex, age and work-shift. **Psicothema**, 28, n. 4, p. 389-393, 2016.

MA, C. C.; GU, J. K.; BHANDARI, R.; CHARLES, L. E. *et al.* Associations of objectively measured sleep characteristics and incident hypertension among police officers: The role of obesity. **J Sleep Res**, 29, n. 6, p. e12988, 12 2020.

MA, C. C.; HARTLEY, T. A.; SARKISIAN, K.; FEKEDULEGN, D. *et al.* Influence of Work Characteristics on the Association Between Police Stress and Sleep Quality. **Saf Health Work**, 10, n. 1, p. 30-38, Mar 2019.

MARTINEZ, G. J.; ABEL, M. G. Effect of a Law Enforcement Academy Training Program on Validated Fitness Outcomes of Cadets. **J Strength Cond Res**, 35, n. 4, p. 955-962, Apr 01 2021.

NELSON, K. V.; SMITH, A. P. Occupational stress, coping and mental health in Jamaican police officers. **Occup Med (Lond)**, 66, n. 6, p. 488-491, Aug 2016.

NJIRO, B. J.; NDUMWA, H. P.; MSENKA, C. J.; KAWALA, T. *et al.* Depression, suicidality and associated risk factors among police officers in urban Tanzania: a cross-sectional study. **Gen Psychiatr**, 34, n. 3, p. e100448, 2021.

PINTO, L. W.; FIGUEIREDO, A. E.; DE SOUZA, E. R. Psychic suffering among civil police officers in Rio de Janeiro State. **Cien Saude Colet**, 18, n. 3, p. 633-644, Mar 2013.

POZUELO-CARRASCOSA, D. P.; MARTÍNEZ-VIZCAÍNO, V.; SÁNCHEZ-LÓPEZ, M.; BARTOLOMÉ-GUTIÉRREZ, R. *et al.* Resilience as a mediator between cardiorespiratory fitness and mental health-related quality of life: A cross-sectional study. **Nurs Health Sci**, Jun 2017.

PURBA, A.; DEMOU, E. The relationship between organisational stressors and mental wellbeing within police officers: a systematic review. **BMC public health**, 19, n. 1, p. 1286, 2019.

RIEDY, S. M.; DAWSON, D.; VILA, B. U.S. police rosters: Fatigue and public complaints. **Sleep**, 42, n. 3, 03 01 2019.

SANTANA, Â. M. C.; GOMES, J. K. V.; MARCHI, D. D.; GIRONDOLI, Y. M. *et al.* Occupational stress, working condition and nutritional status of military police officers. **Work**, 41, n. Supplement 1, p. 2908-2914, 2012.

SCHAUFELI, W. B.; PEETERS, M. C. W. Job Stress and Burnout Among Correctional Officers: A Literature Review. **International Journal of Stress Management**, 7, n. 1, p. 19-48, 2000.

SCHILLING, R.; HERRMANN, C.; LUDYGA, S.; COLLEDGE, F. *et al.* Does Cardiorespiratory Fitness Buffer Stress Reactivity and Stress Recovery in Police Officers? A Real-Life Study. **Front Psychiatry**, 11, p. 594, 2020.

Associations between Fitness Measures and Change of Direction Speeds with and without Occupational Loads in Female Police Officers. LID - 10.3390/ijerph16111947 [doi] LID - 1947. n. 1664-0640 (Print).

SHIOZAKI, M.; MIYAI, N.; MORIOKA, I.; UTSUMI, M. *et al.* Job stress and behavioral characteristics in relation to coronary heart disease risk among Japanese police officers. **Ind Health**, Apr 2017.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C.; SILVA, J. G.; PIRES, T. E. O. Factors associated with psychological distress among military police in Rio de Janeiro, Brazil. **Cad Saude Publica**, 28, n. 7, p. 1297-1311, Jul 2012.

STEIN, S. J.; BARTONE, P. T. **Hardiness : Making Stress Work for You to Achieve Your Life Goals**. 1st ed. Wiley, 2019. 9781119584827 EPUB.

WU, H.; JIANG, K. Y.; ZHOU, W. H.; GU, G. Z. *et al.* Correlation of occupational stress with serum levels of immunoglobulins and complement in police. **Zhonghua Lao Dong Wei Sheng Zhi Ye Bing Za Zhi**, 34, n. 2, p. 99-102, Feb 2016.

"As forças naturais que se encontram dentro de nós são as que realmente curam nossas doenças".

Hipócrates

CAPÍTULO 5
POLICIAMENTO COM CÃES: REFLEXÕES SOBRE
A RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo
Francisco Thiago Carneiro Sena
Sandra Helena de Carvalho Albuquerque

1. INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e o cão remota a antiguidade. Ao longo do tempo os cães passaram a ter uma interação tão próxima com o ser humano como nunca atingida com qualquer outra espécie de animal doméstico, o que foi possível devido às suas habilidades sociais e cognitivas únicas (HENNEMAN; ZINK, 2018; ROSENBAUM; STIERLI; MCCULLAGH; NEWBY *et al.*, 2020; VIEIRA DE CASTRO; ARAÚJO; FONSECA; OLSSON, 2021).

Algumas ocupações, incluindo a polícia, não estão apenas expostas a níveis consideráveis de estresse ocupacional, mas também estão constantemente em alto risco de sofrer eventos traumáticos (SYGIT-KOWALKOWSKA; WEBER-RAJEK; PORĄŻYŃSKI; GOCH *et al.*, 2015; TAVARES; VIEIRA; PAI; DE SOUZA *et al.*, 2021; WEBERMANN; BRAND, 2017). Tem sido descrito o impacto da interação humano-animal sobre a saúde, pois ao interagir com animais, o humano libera oxitocina, um hormônio que está associado a uma variedade de efeitos promotores de saúde, e que a intensidade, duração e tipo de interação medeiam a relação entre interação e resultados de saúde (LASS-HENNEMANN, J.; SCHÄFER, S. K.; SOPP, M. R.; MICHAEL, T., 2020).

Dentre as modalidades de trabalho na polícia militar, os batalhões especializados desenvolvem ações peculiares para garantia da ordem pública e da proteção da população, logo a participação de cães ocorre nos mais diversos tipos de patrulhamento: a pé, motorizado, embarcado e aéreo. Assim, os cães da polícia, dão cumprimento desde missões simples de policiar as ruas ou praças, até atividade mais complexas como a detecção de drogas e explosivos (denominado cão farejador), contenção de suspeito (dito cão de patrulha ou apreensivos) e na busca e salvamento de pessoas em calamidades públicas (MARCHAL; BREGERAS; PUAUX; GERVAIS *et al.*, 2016; NADERI; MIKLÓSI; DÓKA; CSÁNYI, 2002; VIEIRA DE CASTRO; ARAÚJO; FONSECA; OLSSON, 2021). Assim, este estudo reflete sobre a relação homem-cão na polícia militar do Ceará.

2. METODOLOGIA

Relato exploratório, descritivo e qualitativo da prática de pesquisa, realizado em novembro de 2020 através de observação assistemática e não estruturada associada a entrevista não estruturada com informantes chave, diário de campo e seu estudo, os dados obtidos e sua discussão serviram como importantes balizas para reflexão do tema.

Os dados foram coletados em visita no Comando de Policiamento com Cães do Ceará (CPCÃES) que atua no controle de distúrbios civis, praças desportivas e intervenções em estabelecimentos prisionais. A companhia possui efetivo de 50 cães e 68 homens, treinados para faro, explosivos, patrulha, busca, captura e pet terapia.

3. RESULTADOS

O cão pode ser considerado um instrumento de menor potencial ofensivo, podendo ser treinado na técnica de mordida e apreensão, segurando o suspeito até o comando de liberação.

A castração causa uma diferença na treinabilidade em cães machos e fêmeas (ABDEL FATTAH; ABDEL-HAMID, 2020). São descritas três categorias auxiliares de treinamento para os cães de policiamento, conforme determinado por diferentes métodos de fabricação: material verdadeiro, pseudo-odores e não-pseudo-alternativas (JEZIERSKI; ADAMKIEWICZ; WALCZAK; SOBCZYŃSKA *et al.*, 2014).

No CPCÃES, os animais da companhia possuem rotina diária de atividades divididas em treinamento, policiamento e recreação fora dos boxes com carga horária semanal de trabalho predeterminada. O treinamento consiste na aquisição pelo cão da tarefa de adequação do olfato à amostra, quando esta atividade possui êxito, o animal é recompensado (comida ou guloseima para cães). Assim como esses momentos visam fortalecer o vínculo entre o homem e o animal, o que leva a uma maior segurança para ambos na hora da ocorrência,

Segundo os responsáveis, a especialidade do cão (faro de entorpecentes ou faro para busca e captura de pessoas) é o fator decisivo para variação individual do tempo

semanal de trabalho do animal, pois cada episódio requer tipo específico de destreza (JEZIERSKI; ADAMKIEWICZ; WALCZAK; SOBCZYŃSKA *et al.*, 2014; MARCHAL; BREGERAS; PUAUX; GERVAIS *et al.*, 2016; VIEIRA DE CASTRO; ARAÚJO; FONSECA; OLSSON, 2021). Para o sucesso do treinamento do animal, este necessita de cuidados adequados à saúde.

A unidade dispõe de médico veterinário próprio e os alimentos ofertados aos animais, duas porções de 300 a 400 g/animal/dia, é na forma de ração seca do tipo super premium, sob venda exclusiva para criadores profissionais, com 10% de umidade, 26% de proteína bruta, 16% de estrato etéreo, 2% de matéria fibrosa e 6,5% de matéria mineral. Há registro por escrito do calendário anual de vacinação dos cães, incluindo vacinas polivalente e antirrábica, além de vermifugação duas vezes ao ano e quando necessário. E cada animal tem vinculação a um tutor, embora atue no trabalho com qualquer outro policial.

O aposento da viatura destinado para o abrigo dos cães apresentava um tablado onde o cão se acomodava durante o trajeto, sendo transportados em compartimentos individuais. Os compartimentos tinham espaço suficiente para que os cães pudessem deitar e girar em torno de seu próprio eixo. Foi relatado pelos responsáveis do canil que durante as operações era fornecida água para os animais e, em casos de operações de longa duração, levava-se também ração. Assim como, quando era solicitado a presença do CPCÃES em outros municípios, quando muito distantes, eles se deslocavam um dia antes da ação, para que os animais pudessem se ambientar e descansar.

Como observado, o bem-estar dos cães de trabalho militar depende de diversos fatores relacionados ao animal, da relação com tutor e outros policiais, bem como do ambiente do canil (LASS-HENNEMANN, J.; SCHÄFER, S. K.; SOPP, M. R.; MICHAEL, T., 2020). O treinamento ajuda a prevenir ou controlar os problemas comportamentais dos cães e promove relacionamentos humanos-cães bem-sucedidos e, portanto, maximiza os benefícios que os humanos obtêm da ligação com os esses animais (HENNEMAN; ZINK, 2018; NADERI; MIKLÓSI; DÓKA; CSÁNYI, 2002).

Para atuar no CPCÃES, o policial precisa lidar com os animais em diferentes condições, tanto na abordagem interativa e afetiva como no conhecimento dos cuidados caninos, logo, homem e cão são treinados para compreender a linguagem corporal um do outro (NADERI; MIKLÓSI; DÓKA; CSÁNYI, 2002; ROSENBAUM; STIERLI; MCCULLAGH;

NEWBY *et al.*, 2020). E por assim o ser, os métodos de treinamento baseados no uso de recompensas são considerados mais humanos e igualmente ou mais eficazes do que os métodos aversivos ou mistos (MARCHAL; BREGERAS; PUAUX; GERVAIS *et al.*, 2016; VIEIRA DE CASTRO; ARAÚJO; FONSECA; OLSSON, 2021).

De acordo com os policiais desta companhia, o bem-estar, a eficácia e a eficiência também são aspectos relevantes a serem considerados na escolha dos métodos de treinamento (VIEIRA DE CASTRO; ARAÚJO; FONSECA; OLSSON, 2021), sendo que é importante o reforço positivo, ou seja, a oferta de qualquer estímulo agradável que seja aplicado ao cão após a exibição de um comportamento desejável. Os exemplos incluem guloseimas, brincar de cabo de guerra, elogios verbais e acariciar o cão. Ou a chamada punição negativa que implica na remoção de qualquer estímulo agradável após a exibição de um comportamento indesejável. Os exemplos incluem um tempo limite em uma caixa.

Policiais são expostos a eventos traumáticos relacionados ao trabalho frequentemente, resultando em uma carga cumulativa de estresse que aumenta o risco de desenvolver problemas de saúde mental, como esgotamento, sintomas depressivos e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (CAMPOS; CHAMBEL; LOPES; DIAS, 2021; IRIZAR; STEVELINK; PERNET; GAGE *et al.*, 2021; ISAACSON, 2020; JUCZYŃSKI; OGIŃSKA-BULIK, 2021). Assim, a necessidade de criar vínculo representa benefícios para ambos, pois tanto pode interferir na resposta do animal na ação quanto nos aspectos psicoemocionais do policial (LASS-HENNEMANN, JOHANNA; SCHÄFER, SARAH K.; SOPP, M. ROXANNE; MICHAEL, TANJA, 2020; NADERI; MIKLÓSI; DÓKA; CSÁNYI, 2002).

A ligação afetuosa direciona a formação do sentimento e de parceria em muitas situações pois ajuda a reduzir os níveis de estresse subjetivo e fisiológico, funcionam como suporte social, aumentam as interações sociais e podem diminuir os sintomas depressivos (LASS-HENNEMANN, J.; SCHÄFER, S. K.; SOPP, M. R.; MICHAEL, T., 2020; ROSENBAUM; STIERLI; MCCULLAGH; NEWBY *et al.*, 2020). Entretanto, a morte de um cão durante o serviço gera uma dor e processo de luto imensurável, influenciando na saúde mental do treinador e vice-versa. O afeto criado é enorme, os policiais costumam levar seus parceiros para casa quando os mesmos se aposentam ou ficam doentes, e quando um dos cães morre em serviço, inicia o processo de luto, o que impacta diretamente no bem estar da companhia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rotina de qualquer policial tem peculiaridades e riscos que podem interferir na saúde mental. O trabalho com o cão tanto alivia as tensões, devido a formação de sentimentos, como gera problemas de saúde, devido a intensa ligação afetiva e satisfação com o cão quanto ao trabalho como oficial canino.

5. REFERÊNCIAS

ABDEL FATTAH, A. F.; ABDEL-HAMID, S. E. Influence of gender, neuter status, and training method on police dog narcotics olfaction performance, behavior and welfare. **J Adv Vet Anim Res**, 7, n. 4, p. 655-662, Dec 2020.

BARBOSA, M. D. S. A.; SANTOS, R. M. D.; TREZZA, M. C. S. F. A vida do trabalhador antes e após a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (DORT). **Revista Brasileira de Enfermagem**, 60, p. 491-496, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF 2016.

CAMPOS, F. D.; CHAMBEL, M. J.; LOPES, S.; DIAS, P. C. Post-traumatic stress disorder in the military police of rio de janeiro: Can a risk profile be identified? **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 18, n. 5, p. 1-14, 2021. Article.

HENNEMAN, K. E.; ZINK, C. Conditions and Rehabilitation of the Working Dog. *In*: **Canine Sports Medicine and Rehabilitation: Second Edition**, 2018. p. 520-544.

IRIZAR, P.; STEVELINK, S. A. M.; PERNET, D.; GAGE, S. H. *et al.* Probable post-traumatic stress disorder and harmful alcohol use among male members of the British Police Forces and the British Armed Forces: a comparative study. **European Journal of Psychotraumatology**, 12, n. 1, 2021. Article.

ISAACSON, B. Mental Disorders: Posttraumatic Stress Disorder. **FP essentials**, 495, p. 23-30, 2020. Article.

JEZISKI, T.; ADAMKIEWICZ, E.; WALCZAK, M.; SOBCZYŃSKA, M. *et al.* Efficacy of drug detection by fully-trained police dogs varies by breed, training level, type of drug and search environment. **Forensic Sci Int**, 237, p. 112-118, Apr 2014.

JUCZYŃSKI, Z.; OGIŃSKA-BULIK, N. Ruminations and occupational stress as predictors of post-traumatic stress disorder and burnout among police officers. **Int J Occup Saf Ergon**, p. 1-8, May 03 2021.

LASS-HENNEMANN, J.; SCHÄFER, S. K.; SOPP, M. R.; MICHAEL, T. The Relationship between Dog Ownership, Psychopathological Symptoms and Health-Benefitting Factors in Occupations at Risk for Traumatization. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 17, n. 7, p. 2562, 2020-04-08 2020.

LASS-HENNEMANN, J.; SCHÄFER, S. K.; SOPP, M. R.; MICHAEL, T. The Relationship between Dog Ownership, Psychopathological Symptoms and Health-Benefitting Factors in Occupations at Risk for Traumatization. **Int J Environ Res Public Health**, 17, n. 7, 04 08 2020.

MARCHAL, S.; BREGERAS, O.; PUAUX, D.; GERVAIS, R. *et al.* Rigorous Training of Dogs Leads to High Accuracy in Human Scent Matching-To-Sample Performance. **PLoS One**, 11, n. 2, p. e0146963, 2016.

NADERI, S.; MIKLÓSI, A.; DÓKA, A.; CSÁNYI, V. Does dog-human attachment affect their inter-specific cooperation? **Acta Biol Hung**, 53, n. 4, p. 537-550, 2002.

ROSENBAUM, S.; STIERLI, M.; MCCULLAGH, S.; NEWBY, J. *et al.* An open trial of the RECONNECT exercise program for NSW Police Officers with posttraumatic stress disorder or psychological injury. **Health Promot J Austr**, Aug 16 2020.

SYGIT-KOWALKOWSKA, E.; WEBER-RAJEK, M.; PORĄŻYŃSKI, K.; GOCH, A. *et al.* [Emotional self-control, coping with stress and psycho-physical well-being of prison officers]. **Med Pr**, 66, n. 3, p. 373-382, 2015.

TAVARES, J. P.; VIEIRA, L. S.; PAI, D. D.; DE SOUZA, S. B. C. *et al.* Network of correlations between quality of life, resilience and effort-reward imbalance in military police officers. **Ciencia e Saude Coletiva**, 26, n. 5, p. 1931-1940, 2021. Article.

VIEIRA DE CASTRO, A. C.; ARAÚJO, Â.; FONSECA, A.; OLSSON, I. A. S. Improving dog training methods: Efficacy and efficiency of reward and mixed training methods. **PLoS One**, 16, n. 2, p. e0247321, 2021.

WEBERMANN, A. R.; BRAND, B. L. Mental illness and violent behavior: the role of dissociation. **Borderline Personal Disord Emot Dysregul**, 4, p. 2, 2017.

SOBRE OS ORGANIZADORES:

Deborah Gurgel Smith, Louisiana State University Health Shreveport - Estados Unidos, Louisiana, deborah.smith@lsuhs.edu, <https://orcid.org/0000-0002-7880-9614> - <http://lattes.cnpq.br/9507552698969004>

Raimunda Hermelinda Maia Macena, Universidade Federal do Ceará – Curso de Fisioterapia/ Pós-Graduação em Saúde Pública, lindamacena@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3320-8380> - <http://lattes.cnpq.br/6728123164375829>

SOBRE OS AUTORES

Anderson Duarte Barboza, Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, <https://orcid.org/0000-0002-4815-1348>, <http://lattes.cnpq.br/8661958923950364>

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo, Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, <https://orcid.org/0000-0002-0302-3289>

Deborah Gurgel Smith, Louisiana State University Health Shreveport - Estados Unidos, Louisiana, <https://orcid.org/0000-0002-7880-9614> - <http://lattes.cnpq.br/9507552698969004>

Francisco Thiago Carneiro Sena, Universidade Federal do Ceará - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, <https://orcid.org/0000-0002-7571-7677> - <http://lattes.cnpq.br/2909990956243162>

Maria Aldeisa Gadelha, Centro Universitário Estácio do Ceara - Educação Física, <http://lattes.cnpq.br/6604406946003983>

Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago, Secretaria Municipal de Saúde de Quixeré – Ceará, <https://orcid.org/0000-0003-2397-0221> <http://lattes.cnpq.br/8478564521353050>

Raimunda Hermelinda Maia Macena, Universidade Federal do Ceará – Curso de Fisioterapia/ Pós-Graduação em Saúde Pública, <https://orcid.org/0000-0002-3320-8380> - <http://lattes.cnpq.br/6728123164375829>

Renata Adele Lima Nunes, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social Ceará - Perícia Forense do Ceará, <https://orcid.org/0000-0002-2031-167X> - <http://lattes.cnpq.br/7274996368669046>

Sandra Helena de Carvalho Albuquerque, Polícia Militar do Ceará, Universidade de Fortaleza, <https://orcid.org/0000-0001-8570-4119> . <http://lattes.cnpq.br/2120134911562368>

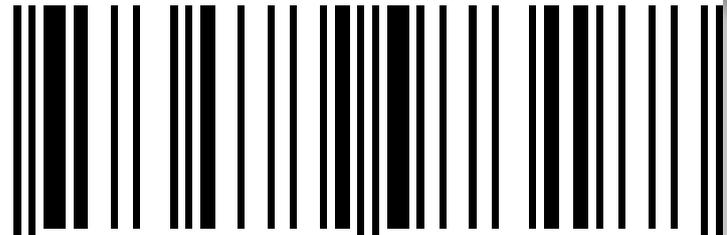
Tamires Feitosa de Lima, Universidade Federal do Ceará - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, <https://orcid.org/0000-0002-3300-2366> - <http://lattes.cnpq.br/6380501705559299>

Vitória Antônia Feitosa Lima, Universidade Federal do Ceará – Curso de Fisioterapia, <https://orcid.org/0000-0003-3334-6115> - <http://lattes.cnpq.br/3550300454872750>

Zeca Juliano de Araújo Bezerra, Universidade Federal do Ceará – Curso de Fisioterapia, <http://lattes.cnpq.br/5149927667818362>



ISBN 978-658997318-8



9

786589

973188